



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO *CAMPUS* (PDC)

***CAMPUS* DOURADOS – MS**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



2014 – 2018



Vice Presidente da República no exercício do cargo de Presidente

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

Jose Mendonça Bezerra Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcos Antonio Viegas Filho

Reitor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Luiz Simão Staszczak

Pró-Reitor de Administração

José Jorge Guimarães Garcia



Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Daniela Matte Amaro Passos

Pró-Reitor de Ensino e Pós-Graduação

Delmir da Costa Felipe

Pró-Reitor de Extensão

Airton Jose Vinholi Junior

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Marco Hiroshi Naka

Diretor Geral

Carlos Vinícius da Silva Figueiredo

Diretor de Ensino



Natalli Macedo Rodrigues Falleiros

Diretor de Administração

Danilo Sanches Dantas

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

(Portaria 577 de 13 de maio de 2015)

Rafael Mendonça dos Santos

Nátalli Macedo Rodrigues Falleiros

Evandro Luís Souza Falleiros

Carlos Vinícius da Silva Figueiredo

Emerson Brandão da Silva

Danilo Sanches Dantas

Lincio Junior Assunção Nogueira



Janaína Mara Pacco Mendes

RESPONSÁVEIS PELA REESTRUTURAÇÃO

(Portaria 1209 de 06 de junho de 2016)

Carlos Aparecido de Almeida

Carla Renata Capilé Silva

Carlos Vinícius da Silva Figueiredo

Danilo Sanches Dantas

FranciellePriscylaPott

Lincio Junior Assunção Nogueira

Nátalli Macedo Rodrigues Falleiros

Sedenir Marcos Deparis



COLABORADORES E FACILITADORES

Ariana Trajano de Oliveira

Carmem Silvia Moretzsohn Rocha

Diogo Moreno Pereira Carvalho

Isnael de Camargo Dias

Joanne Romao de Oliveira

Roberta Ferreira de Souza

Sérgio Ricardo Ribas Sass

Simone Estigarribia de Lima

Valdomiro Antônio de Oliveira Lima



Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFMS	11
2. MISSÃO, VALORES, VISÃO DO <i>CAMPUS</i>	15
3. OBJETIVOS E METAS DO <i>CAMPUS</i>	17
4. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO <i>CAMPUS</i>	24
4.1 Apresentação.....	24
4.2 Histórico de Dourados.....	26
4.3 Inserção Regional	35
4.4 Identidade - função social.....	42
4.5 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição	42
• Educação profissional e técnica.....	45
• Cursos superiores.....	46
• Pós-graduação.....	46
• Educação a distância.....	47
• Formação inicial e continuada.....	47
4.6 Organização didático-pedagógica da instituição	48
4.7 Políticas de ensino.....	54
4.8 Políticas de extensão	55
4.9 Políticas de pesquisa e inovação	56
4.10 Políticas de gestão	57
• Políticas de gestão de pessoas.....	58
4.11 Políticas de educação inclusiva – políticas de assistência estudantil	60
4.12 Políticas de educação ambiental.....	64
4.13 Políticas de educação no campo	67



4.14 Políticas de acesso - ações afirmativas	69
4.15 Políticas de educação a distância	73
4.16 Políticas de avaliação institucional	78
4.17 Políticas de atendimento aos estudantes	87
4.18 Políticas de Acompanhamento de Egressos.....	89
4.19 Estrutura Organizacional e Infraestrutura Física	91
4.20 Referências.....	96
4.21 Apêndice	97
5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO <i>CAMPUS</i> E DE CADA UM DE SEUS CURSOS.....	99
6. REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO <i>CAMPUS</i>	120
7. PERFIL DO CORPO SOCIAL	122
7.1 Corpo Docente	122
7.2 Técnicos Administrativos	126
8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO <i>CAMPUS</i>	133
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	134
10. COM RELAÇÃO AOS LABORATÓRIOS: INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EXISTENTES E A SEREM ADQUIRIDOS.....	135
11 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	136
12 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, SUA ABRANGÊNCIA E POLO DE APOIO PRESENCIAL.....	137
13 OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO	143
14 AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO <i>CAMPUS</i>	144
15. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	147
15.1 Composição da matriz orçamentária.....	147



15.2 Previsão de orçamento x previsão de despesas	148
16. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL PARTICIPATIVO DO <i>CAMPUS</i>	156
17. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA.....	157
18. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO ...	158
19. INDICADORES DE DESEMPENHO DO <i>CAMPUS</i>	159
20. RESPONSABILIDADE DO <i>CAMPUS</i> QUANTO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS TRANSVERSAIS, MULTIDISCIPLINARES OU DESCENTRALIZADOS.....	163
21. CONSIDERAÇÕES E JUSTIFICATIVAS.....	164
REFERÊNCIAS	167



INTRODUÇÃO

Este documento foi elaborado no decorrer do ano de 2015 e iniciou sua reestruturação em maio de 2016. O processo de construção do PDC se deu enquanto o *Campus* Dourados ocupava a sede provisória na Escola Estadual Presidente Vargas, sendo consolidado em 2016 na sede definitiva. Nesse sentido, vários ajustes se fizeram necessários ao texto original, inclusive algumas alterações nas propostas do PDI foram realizadas, a partir de sua implantação. No processo de reestruturação, levou-se em conta a perspectiva de expansão do *campus*, visto que a estrutura hoje existente não atenderá o número de estudantes definidos no processo de implantação do *campus*. Com isso, objetiva-se com este documento, orientar, organizar e acima de tudo, estabelecer o processo de implantação do IFMS em Dourados, oportunizando o debate e participação da comunidade no direcionamento do *campus*.

1. FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFMS

O IFMS tem compromisso com uma sociedade mais igualitária, justa e ambientalmente correta. A responsabilidade social abarca tanto as ações no nível interno da instituição, bem como com a sociedade em geral, quanto os próprios processos de formação profissional desenvolvidos por meio de seus cursos. O trabalho educativo com as unidades curriculares previstas no projeto pedagógico de curso fomenta a crítica e a reflexão dos estudantes sobre problemáticas sociais



contemporâneas, visando que a formação profissional os aproxime das questões da humanidade, do bem comum, para que assim se efetive a plena formação do educando.

É fomentado assim, no âmbito dos cursos ofertados pelo IFMS, o estímulo às práticas sustentáveis e de responsabilidade social, direcionadas para a formação de indivíduos com protagonismo social, críticos, capazes de interagir com as questões ambientais, sociais e econômicas de forma responsável, ética e justa.

Nesse sentido, é oportuno mencionar que o IFMS já realiza ações que atendem seu compromisso social. A exemplo da campanha de fraldas geriátricas, construção de hortas em escolas, entrega de bombons à comunidade carente, leite e brinquedos às instituições de amparo à infância, limpeza de rios, plantio de mudas em matas ciliares, campanha de doação de sangue e cadastro de medula óssea, entre outras.

MISSÃO

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.



VISÃO

Ser reconhecido como instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul.

VALORES

- Inovação.
- Ética.
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional.
- Transparência.
- Compromisso Social.

● **FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO**

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) tem as seguintes finalidades e características:



- ofertar educação básica, profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades na busca por formação e qualificação dos cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia e com ênfase no desenvolvimento socioeconômico regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo para geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica com a educação profissional e a educação superior, a fim de otimizar a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- estimular as atividades socioculturais, as práticas artísticas e esportivas e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFMS;
- promover a extensão aberta à participação da comunidade com vistas à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas para promover a circulação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, dos resultados da pesquisa e de outras formas de comunicação;



- constituir-se em centro de excelência na oferta de ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, como forma de estimular o desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas ao desenvolvimento sustentável.

2. MISSÃO, VALORES, VISÃO DO CAMPUS

Apesar de ter iniciado suas atividades no momento da implantação, a autorização de funcionamento do *Campus* Dourados aconteceu em maio de 2016, através da portaria 378 de 09 de maio, publicado no diário oficial em 10 de maio de 2016.

- **MISSÃO**



Promover a educação profissional de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento científico, técnico e tecnológico, formando profissionais humanistas e inovadores, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.

- **VISÃO**

Ser reconhecido como escola pública de excelência em ensino básico, técnico e tecnológico na região da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul e Brasil.

- **VALORES**

- Inovação
- Ética
- Compromisso Social



- Transparência
- Sustentabilidade

3. OBJETIVOS E METAS DO CAMPUS

QUADRO 1: Objetivos e metas do *campus*

Nº do OBJE TI VO	Objetivos	Nº DA META	Prazo	METAS Colocadas no PAE
1	Promover e divulgar a marca do IFMS na área de abrangência do <i>campus</i> promovendo aproximação com a comunidade visando atrair alunos	1	Anual	Divulgar os processos seletivos e os eventos do IFMS nas escolas da região, na imprensa e na mídia em geral
		2	Anual	Participar dos eventos regionais promovido por instituições parceiras, divulgando o <i>campus</i> e o IFMS
		3	2017	Formar e desenvolver comissão para divulgação dos processos seletivos e eventos do IFMS



				<i>Campus Dourados</i>
		4	Anual	Organizar os eventos tradicionais do IFMS envolvendo a comunidade acadêmica na participação
2	Ampliar e fortalecer o quadro de servidores do <i>campus</i>, visando um clima institucional agradável	5	2016	Efetivar todas as remoções de docentes e técnicos administrativos aprovados em editais de remoção;
		6	Anual	Organizar confraternização temática e coletiva com todos os aniversariantes do mês
		7	2017	Promover ações de acompanhamento e orientação dos servidores
3	Transferir as atividades do <i>campus</i> para a sede definitiva, garantindo a estrutura mínima para início das atividades	8	2016	Fazer a mudança total das instalações da escola Presidente Vargas para a sede própria



4	Ampliar o alcance e a equidade em educação profissional e tecnológica	9	Anual	Ofertar cursos de formação inicial e continuada
		10	2016	Implantar um Curso Técnico do eixo informação e comunicação
		11	2017	Verticalizar o eixo de informação e comunicação
		12	2017	Implantar o eixo tecnológico Controle e Processos Industriais
		13	2017	Ofertar do Curso de Pós-graduação <i>Latu senso</i>
		14	2016	Ofertar cursos para comunidade em situação de vulnerabilidade social, em parceria com instituições da área de abrangência
		15	2017	Promover ações educacionais voltadas a tecnologia e inovação



5	Fomentar parcerias com instituições públicas, privadas e com o setor produtivo de dourados e região	16	2017	Efetivar os termos de cooperação e convênio com instituições parceiras
		17	2018	Estabelecer termos de cooperação com instituições de ensino superior para a oferta de Minter e Dinter.
		18	2017	Realizar parcerias com instituições locais que possam ajudar na qualidade de vida dos servidores
		19	2018	Realizar parcerias com instituições locais objetivando a realização de eventos conjuntos
6	Promover pesquisa aplicada e extensão voltadas à comunidade local e regional	20	2018	Fomentar projetos em pesquisa aplicada em parceria com a UFGD, UEMS e Instituições privadas
		21	2017	Fornecer cursos de extensão para a comunidade, visando atender as demandas e anseios
		22	Anual	Promover ações culturais, sociais e pedagógicas com estudantes,



				servidores e comunidade
		23	2018	Fomentar o empreendedorismo na comunidade interna e externa
7	Difundir e estruturar uma cultura de planejamento das atividades administrativas e docentes no <i>campus</i>	24	2017	Disseminar no <i>campus</i> uma cultura de planejamento
		25	2017	Identificar as rotinas, mapear processos e construir fluxogramas.
		26	2018	Identificar falhas nos processos, corrigir e descrever os procedimento padrão das rotinas identificadas
		27	2018	Estabelecer instruções claras para a compreensão e cumprimento dos procedimentos descritos
		28	2017	Reestruturar o processo de elaboração, avaliação e aprovação dos planos de ensino
8	Promover expansão	29	2017	Promover a captação de recursos



	da estrutura física e administrativa do <i>campus</i>			extra orçamentário para a ampliação da estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários.
		30	2018	Adquirir, registrar identificar e garantir a segurança do acervo bibliográfico
		31	2017	Adquirir mobiliário e equipamentos para atender o crescimento do <i>campus</i>
		32	2017	Aumentar a frota de veículos para comportar a demanda
		33	2018	Ampliar a oferta de serviços terceirizados(apoio, motorista e limpeza)
9	Aprimorar os processos e as rotinas administrativas e educacionais	34	2017	Utilizar as tecnologias para o desenvolvimento da comunicação e da gestão educacional
		35	2016	Apoiar a implantação do Sistema de Apoio ao Ensino - SAPIENS -



				Módulo Plano de Ensino e de atividades
		36	2016	Estabelecer calendário semestral de reuniões com as coordenações
		37	2017	Organizar pastas e arquivos de documentos Oficiais
		38	2017	Otimizar o processo de gestão e emissão de documentos
10	Promover o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes	39	2017	Promover ações de formação pedagógica aos servidores
		40	2017	Promover e aplicar a Política de Assistência Estudantil
		41	2016	Promover semestralmente os programas de língua portuguesa e matemática integrada
		42	Anual	Apoiar e incentivar a presença dos estudantes nos horários de



				permanência dos mesmos
		43	Anual	Aproximar as famílias das atividades do IFMS e fomentar ações para o acompanhamento da vida escolar
		44	Anual	Fomentar a efetivação das ações afirmativas quando relacionadas ao critério socioeconômico

4. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO *CAMPUS*

4.1 Apresentação

O Projeto Político Pedagógico do *Campus* que será apresentado neste item é um documento de cunho Educacional que prevê os princípios e as diretrizes que regerão as políticas pedagógicas implementadas no IFMS – Aquidauana. Como parte importante para o planejamento local, o Projeto Político Pedagógico não é um mero instrumento burocrático da educação formal, mas sim, uma ferramenta norteadora da gestão que deve ser “construído e vivenciado, em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola” (VEIGA, 1995, p.12).



Ainda, de acordo com a Veiga (1995), entende-se por definição de Projeto Político Pedagógico:

É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.” (Saviani 1983, p. 93). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias as escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (p.13).

Assim, em seu sentido mais próximo, o Projeto Político Pedagógico é um planejamento construído em conjunto, que objetiva organizar o trabalho pedagógico, explicitando princípios referentes a autonomia da escola e buscando ações que superem problemáticas em comprometimento a formação do cidadão.

Este documento apresenta-se aqui, desta maneira, não como algo fechado e imutável, mas sim como o início de uma conversação de planejamento, permanentemente revisado, pois, nasce da própria realidade institucional.

As atividades educacionais do *Campus* Dourados tiveram início em outubro de 2014, tendo como sede provisória a escola estadual Presidente Vargas. A oferta de curso FIC e Técnico na modalidade EaD foi a contribuição inicial do *Campus* para a comunidade de Dourados. Ao passo que as aulas eram ministradas, a sede



do *campus* entrava em sua fase final de construção, sendo estabelecida na rua Filinto Müller, nº 1790, no Jardim Canaã I.

A motivação e o compromisso com a Educação Profissional tem orientado o trabalho da equipe do *Campus* Dourados, culminando no atendimento de cerca de 300 estudantes em seu primeiro ano de funcionamento.

4.2 Histórico de Dourados

A Região da Grande Dourados é composta por onze municípios: Maracaju, Rio Brilhante, Itaporã, Douradina, Deodápolis, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Caarapó e Vicentina.



Figura 1. Microrregião de Dourados-MS

Fonte: www.semade.ms.gov.br

A Região possui relevo predominantemente plano, geralmente elaborado por várias fases de retomada erosiva. A altimetria varia de 300 a 600m, constituídas por rochas basálticas da formação Serra Geral e Caiuá. Recoberto por Latossolo



Roxo, Vermelho-escuro e outros em menor proporção, tem indicação prioritariamente para áreas para lavoura.

Com uma área de 20.941 km² e uma população de 389.233 habitantes, a microrregião de Dourados passou por um rápido crescimento econômico fundamentado na exploração de grandes lavouras (soja, milho e trigo) e na exploração da pecuária. Hoje resta pouco da cobertura vegetal original. As principais lavouras exploradas na Região, estão concentradas nos municípios de Maracaju, Caarapó, Rio Brilhante, Itaporã e Dourados, sendo este último um dos maiores centros do agronegócio no Brasil.

MUNICÍPIO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO	EXTENSÃO TERRITORIAL (km ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)	IDH		
					1991	2000	2010
Caarapó	Dourados	27.554	2.089,60	13,19	0,4220	0,5480	0,6920
Deodópolis	Gl. Dourados, Fat. do Sul e Dourados	12.524	831,21	15,07	0,4070	0,5830	0,6940
Douradina	Dourados	5.616	280,79	20,00	0,4420	0,5670	0,6990
Dourados	Ponta Porã	207.498	4.086,24	50,78	0,5120	0,6360	0,7470
Fátima do Sul	Iguatemi	19.260	315,16	61,11	0,4730	0,5960	0,7140
Glória de Dourados	Dourados	10.025	491,75	20,39	0,4850	0,6040	0,7210
Itaporã	Dourados	22.231	1.321,81	16,82	0,4470	0,5500	0,6540
Jatei	Dourados	4.051	1.927,95	2,10	0,4040	0,5600	0,7080
Maracaju	Nioaque	41.099	5.299,18	7,76	0,4800	0,5970	0,7360
Rio Brilhante	Campo Grande	33.362	3.987,40	8,37	0,4750	0,5840	0,7150
Vicentina	Fátima do Sul	6.013	310,16	19,39	0,4210	0,5940	0,7110
Total		389.233	20.941	18,59			

Tabela 1. Dados gerais – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br



A Microrregião de Dourados apresenta uma densidade demográfica de 18,59 hab/km², maior que a do estado de Mato Grosso Sul. Destaque para o município de Dourados, com a maior densidade demográfica. A população total da microrregião representa 13,7% da população total do Estado (IBGE, 2010).

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	POPULAÇÃO MASCULINA	POPULAÇÃO FEMININA
Caarapó	25.763	18.305	7.458	71,05	12.913	12.850
Deodápolis	12.131	10.042	2.089	82,78	6.126	6.005
Douradina	5.365	3.286	2.079	61,25	2.722	2.643
Dourados	196.068	181.086	14.982	92,36	96.342	99.726
Fátima do Sul	19.024	16.956	2.068	89,13	9.360	9.664
Glória de Dourados	9.928	7.671	2.257	77,27	4.895	5.033
Itaporã	20.879	13.302	7.577	63,71	10.411	10.468
Jateí	4.017	1.871	2.146	46,58	2.094	1.923
Maracaju	37.407	32.225	5.182	86,15	19.389	18.018
Rio Brilhante	30.647	24.540	6.107	80,07	15.699	14.948
Vicentina	5.901	4.243	1.658	71,90	2.959	2.942
Total	367.130	313.527	53.603	85.40	182.910	184.220

Tabela 2. População – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br

Em 2013 a Região da Grande Dourados produziu aproximadamente cinco milhões de toneladas de grãos, representando 36,4,% do volume colhido naquele ano pelo Estado, sendo que as principais culturas em destaque são o milho, 3,0 milhões de toneladas, a soja com 1,9 milhões de toneladas e a cana-de-açúcar com mais de 14 milhões de toneladas colhidas.



MUNICÍPIO	TOTAL DE GRÃOS		CANA-DE-AÇÚCAR		MANDIOCA	
	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)
Caarapó	555.618	150.820	1.933.903	24.318	9.000	300
Deodápolis	55.184	13.320	205.409	3.244	27.500	1.100
Douradina	92.515	24.150	5.287	156		
Dourados	1.053.967	283.825	3.133.568	49.726	16.500	750
Fátima do Sul	61.837	18.100	91.134	1.191	14.750	590
Glória de Dourados	9.096	3.390			9.000	500
Itaporã	530.334	133.300	269.005	5.551	110	10
Jateí	57.950	16.900	664.319	7.975	12.000	600
Maracaju	1.752.858	433.330	2.367.983	34.284	1.800	100
Rio Brillhante	792.400	197.250	5.205.433	83.326	6.000	300
Vicentina	27.206	8.007	369.608	4.759	20.000	800
Total	4.988.965	1.282.392	14.245.649	214.530	116.660	5.050

Tabela 3. Produção agrícola – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br

A Região possui forte tendência para bovinocultura de corte. Existem frigoríficos com Serviço de Inspeção Federal cujos produtos são comercializados tanto dentro do Estado quanto com outros estados e países. Ressalta-se também a suinocultura, que conta com sistemas integrados de produção liderados por empresas altamente tecnificadas e com capacidade de exportação para outros estados e países. A avicultura de corte e a ovinocultura também têm experimentado um período de expansão.



MUNICÍPIO	BOVINOS	SUINOS	OVINOS	AVES	EQUINOS
Caarapó	97.136	21.323	7.812	1.447.950	2.886
Deodópolis	88.767	8.688	2.647	128.646	2.452
Douradina	12.488	876	778	500.290	420
Dourados	162.625	54.982	14.324	2.263.997	4.504
Fátima do Sul	18.102	13.278	1.490	1.049.972	795
Glória de Dourados	67.530	129.335	1.494	1.078.896	1.780
Itaporã	39.421	107.287	1.770	972.132	1.287
Jatei	147.627	75.002	4.286	178.724	3.139
Maracaju	205.462	4.699	8.020	245.413	4.367
Rio Brilhante	127.388	3.415	4.519	246.204	3.032
Vicentina	24.031	18.354	534	521.892	1.125
Total	990.577	437.239	47.674	8.634.116	25.787

Tabela 4. Produção pecuária – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br

MUNICÍPIO	LEITE DE VACA (mil litros)	LÃ DE OVELHA (kg)	OVOS DE GALINHA (mil dúzias)	MEL DE ABELHAS (kg)
Caarapó	2.910,0	2.910	43	6.000
Deodópolis	7.932,0	7.932	54	5.200
Douradina	1.840,0	1.840	48	1.600
Dourados	17.546,0	17.546	1.627	55.000
Fátima do Sul	1.756,0	1.756	77	12.000
Glória de Dourados	11.344,0	11.344	39	4.950
Itaporã	3.170,0	3.170	93	3.000
Jatei	6.009,0	6.009	43	1.580
Maracaju	3.195,0	3.195	982	14.000
Rio Brilhante	8.792,0	8.792	673	9.000
Vicentina	2.930,0	2.930	43	2.500
Total	67.424	67.424	3.722	114.830



Tabela 5. Produção de derivados da pecuária – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br

O setor industrial liga-se principalmente às áreas de esmagamento de soja, álcool e abate de animais, com razoável grau de diversificação e verticalização da cadeia produtiva. Dourados é o principal pólo industrial, comercial e de serviços da Região.

MUNICÍPIO	VALOR ADICIONADO – V A (R\$ 1.000,00)			PIB (R\$ 1.000,00)	PIB PER CAPITA (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Caarapó	185.027	167.437	292.750	735.688,97	27.728,36
Deodópolis	32.676	19.639	84.085	147.328,78	12.018,01
Douradina	23.019	7.029	43.050	79.413,17	14.544,54
Dourados	328.675	957.131	2.917.971	4.940.434,39	24.612,46
Fátima do Sul	22.829	36.814	160.898	244.436,77	12.848,86
Glória de Dourados	30.125	13.412	73.943	126.230,00	12.736,35
Itaporã	124.035	44.402	221.799	448.554,52	20.919,43
Jateí	47.770	4.615	35.102	94.289,41	23.542,92
Maracaju	418.035	164.151	574.976	1.321.555,84	33.803,70
Rio Brilhante	367.710	207.712	383.986	1.067.837,95	33.500,80
Vicentina	24.678	20.911	45.292	100.266,32	16.936,88
Total	1.604.580	1.643.253	4.833.852	9.306.036,12	24.733,52

Tabela 6. Produto Interno Bruto – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br

A Região da Grande Dourados vem se transformando em pólo de produção de álcool e açúcar no Estado. Das 25 unidades industriais desse segmento em



operação atualmente no Mato Grosso do Sul, oito estão localizadas dentro dessa região, localizadas nos municípios de Rio Brilhante, Dourados, Caarapó, Maracaju, Fátima do Sul e Vicentina.

MUNICÍPIO	INDÚSTRIA	COMÉRCIO ATACADISTA	COMÉRCIO VAREJISTA
Caarapó	64	21	376
Deodápolis	28	08	220
Douradina	14	03	65
Dourados	597	262	3679
Fátima do Sul	38	15	376
Glória de Dourados	22	04	180
Itaporã	41	18	241
Jatei	06	0	32
Maracaju	91	47	715
Rio Brilhante	75	28	454
Vicentina	16	02	71
Total	992	408	6.409

Tabela 7. Estabelecimentos empresariais – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br

A Microrregião de Dourados destaca-se no cenário sul-mato-grossense como um pólo educacional, caracterizando-se pela presença de universidades, escolas técnicas e uma grande rede de educação básica.



MUNICÍPIO	ESCOLAS - EDUCAÇÃO BÁSICA					SALAS DE AULA EXISTENTES				
	Total	Munic	Est	Fed	Partic	Total	Munic	Est	Fed	Partic
Caarapó	19	10	7	0	2	166	96	57	-	13
Deodápolis	12	4	6	0	2	89	19	50	-	20
Douradina	5	4	1	0	0	37	23	14	-	-
Dourados	124	73	22	0	29	1.322	612	266	-	444
Fátima do Sul	13	6	4	0	3	139	55	56	-	28
Glória de Dourados	9	3	4	0	2	85	26	43	-	16
Itaporã	14	5	6	0	3	115	34	51	-	30
Jatei	4	2	2	0	0	36	14	22	-	-
Maracaju	28	14	4	0	10	288	140	54	-	94
Rio Brilhante	25	19	3	0	3	242	184	38	-	20
Vicentina	5	2	3	0	0	52	20	32	-	-
Total	258	142	62	0	54	2571	1223	683	0	665

Tabela 8. Educação – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br

Outro aspecto a ser destacado é o atendimento à saúde que a região da grande Dourados presta à porção meridional do Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, a cidade de Dourados apresenta-se como importante centro de saúde, concentrando 8 hospitais, 31 unidades básicas de saúde e 690 leitos disponibilizados à população.



MUNICÍPIO	HOSPITAL-GERAL	HOSPITAL ESPECIALIZADO	CENTRO DE SAÚDE / UNIDADE BÁSICA	POSTOS DE SAÚDE	LEITOS EXISTENTES
Caarapó	1	-	6	0	30
Deodápolis	1	-	5	3	32
Douradina	-	-	2	2	-
Dourados	7	1	31	-	690
Fátima do Sul	2	-	7	-	92
Glória de Dourados	1	-	4	1	12
Itaporã	1	-	9	1	15
Jateí	1	-	3	2	21
Maracaju	1	-	8	2	52
Rio Brilhante	1	-	10	3	43
Vicentina	1	-	3	1	5
Total	17	1	88	15	992

Tabela 9. Saúde – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br

Por fim, destaque-se a importante capacidade arrecadadora da Microrregião de Dourados, novamente com a cidade de Dourados destacando-se na distribuição dos recursos arrecadados, sempre com valores maiores que o de todos os demais municípios no seu conjunto.



MUNICÍPIO	ICMS	ISS	IPTU	ITBI
Caarapó	26.806.722,64	2.929.317,53	1.188.168,47	608.345,35
Deodópolis	3.947.454,50	781.239,71	248.800,31	328.672,21
Douradina	436.193,40	356.088,00	34.112,68	38.952,83
Dourados	399.301.129,71	41.879.565,49	33.798.876,48	14.168.663,35
Fátima do Sul	9.437.265,75	584.051,72	512.947,69	326.092,14
Glória de Dourados	3.307.140,49	201.559,94	737.773,93	116.613,20
Itaporã	23.042.593,65	1.139.827,99	540.599,17	830.432,18
Jateí	998.177,25	970.076,62	2.618,09	442.946,86
Maracaju	52.417.445,11	5.470.822,06	1.308.299,66	2.400.214,06
Rio Brilhante	48.016.072,73	11.488.234,35	1.128.535,84	1.031.353,75
Vicentina	3.304.169,14	250.857,84	53.383,93	72.161,64
Total	571.014.364,37	66.051.641,25	39.554.116,25	20.364.447,57

Tabela 10. Receita Tributária Arrecadada 2013 – Microrregião de Dourados

Fonte: www.semade.ms.gov.br

4.3 Inserção Regional

Localizado na porção meridional do estado do Mato Grosso do Sul, o município de Dourados tem área total é de 4.086,237 km² e a área urbana totaliza 40,68 km², tem como distritos as localidades de Guaçu, Indapólis, Formosa, Itaum, Macaúba, Panambi, Picadinha, Vila São Pedro e Vila Vargas. Tem no seu território os biomas Cerrado e Mata Atlântica.



Figura 2. Localização de Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: www.dourados.ms.gov.br

Fundada em 1935, a cidade de Dourados teve um lento desenvolvimento até a segunda metade do século XX. A partir dos anos 1950, com a abertura das rodovias, passou por um processo de desenvolvimento mais acelerado, tornando-se um centro agropecuário.

As terras atuais do município eram habitadas por povos indígenas das etnias Terenas, Kaiowá e Guarani. Durante o processo de colonização e ocupação por pessoas da sociedade nacional, foi criada uma reserva de terras para todo o contingente de famílias indígenas que viviam na região. Hoje, cerca de 12.500 índios das três etnias vivem na Reserva Indígena de Dourados, localizada a apenas 5 quilômetros do centro da cidade.



Em 1910, Marcelino Pires, proprietário da fazenda Alvorada, doou parte desta, para criação do Patrimônio de Dourados que, pelo Decreto Estadual de nº 30 de 20 de dezembro de 1935, foi oficialmente transformada em município.

Nos anos 1990, o desenvolvimento comercial e de serviços na zona urbana foi decisivo para que Dourados se consolidasse como pólo regional que, no contexto da porção sul do estado, fica numa área com quase um milhão de habitantes.

Com uma população estimada(2014) em 210.218 habitantes, Dourados configura-se como a segunda cidade mais populosa de Mato Grosso do Sul, com 47,97 hab/km². Sua população caminha para o cenário de estabilização demográfica, com o aumento do número de jovens e adultos e diminuição do número de nascimentos. O processo, embora em fase inicial, é mais acelerado que os do estado e do país.

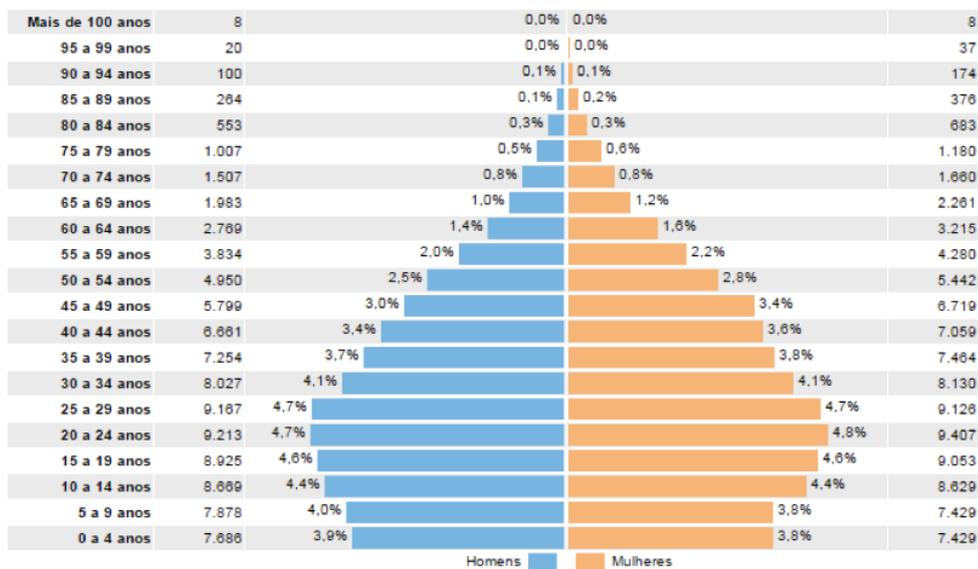




Figura 3. Distribuição da população por sexo e idade em 2010 – Dourados-MS

Fonte: www.ibge.gov.br

Dourados também se destaca como Cidade Universitária, contando com cinco Universidades, sendo duas delas públicas. Além do ensino superior, o município também oferece capacitação para o nível médio e técnico, contando com escolas públicas e privadas.

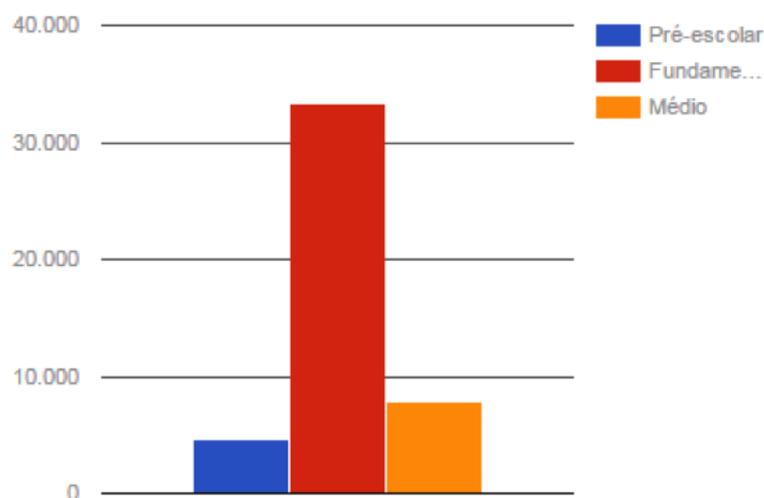


Figura 4. Número de escolas por nível de ensino – Dourados-MS

Fonte: www.ibge.gov.br

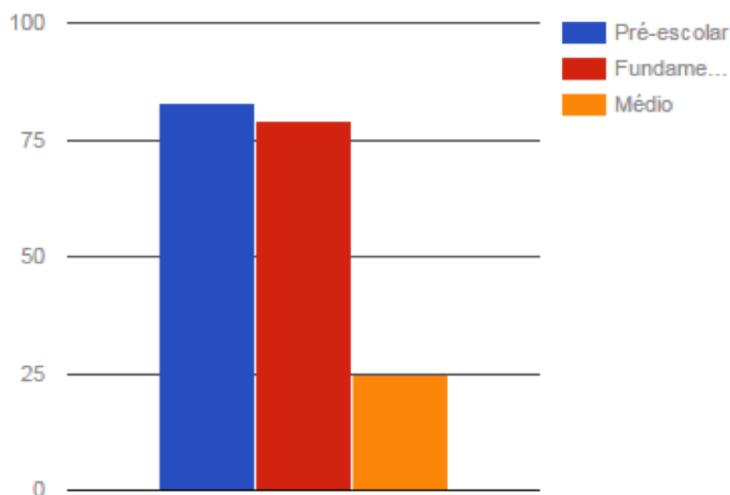


Figura 5. Número de matrículas por nível de ensino – Dourados-MS

Fonte: www.ibge.gov.br

A cidade exerce grande influência regional, os cenários de desenvolvimento reservam para a cidade uma face privilegiada em sua posição geográfica que garante relevante papel central na geopolítica regional. Dourados é uma das 39 cidades do Brasil com a classificação Capital Regional.

A população economicamente ativa em Dourados é de 78.227 pessoas, sendo 47.452 homens e 30.775 mulheres. A cidade tem grande parte do território voltada para o setor primário. A cultura agrícola foi introduzida no município devido à migração dos sulistas que chegaram em razão dos preços baixos das terras. Essa cultura elevou a área plantada de 3.500 para 134 mil hectares entre os 1970 e 1980. Na pecuária destaca-se a criação suína e de aves. Também existem criações de bicho da seda e da pecuária bovina.



Em Dourados se destacam as indústrias de alimentos (farelo, álcool e açúcar). Segundo o IBGE, a cidade tem um total de 448 indústrias de transformação, sendo os principais ramos avicultura, suinocultura, frigoríficos e usinas de beneficiamento de leite. Dourados possui elevado desenvolvimento comercial. Segundo o IBGE, no ano de 2009 a cidade possuía um total de 4.604 empresas atuantes.

No setor terciário, o município possui vários atrativos. Possui uma agenda cultural variada, atraindo muitos visitantes por eventos como a Expoagro (exposição agropecuária, industrial e comercial de Dourados), Encontro de Corais (reúne grupos corais do Brasil inteiro bem como de países vizinhos como Paraguai, Uruguai e outros), FESTUDO (Festival Universitário de Teatro de Dourados, festival onde participam Grupos do Brasil e de países 32 vizinhos), Festa das Nações (com comidas típicas e apresentações culturais dos países participantes), Campeonato Brasileiro de Motocross e eventos científicos realizados em suas universidades.

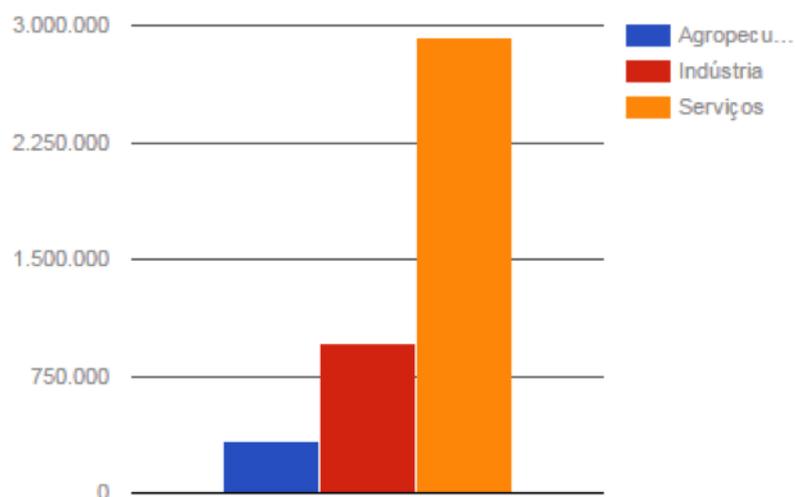


Figura 6. Produto Interno Bruto 2014(valor adicionado, em R\$) – Dourados-MS



Fonte: www.ibge.gov.br

A cidade de Dourados destaca-se regionalmente nas características empreendedoras de sua economia. Cresce anualmente o número de empreendedores individuais.

Município	Até 01.09.2010	Até 05.11.2010	Até 30.11.2010	Até 31.12.2010	Até 31.07.2011	Até 31.10.2011	Até 31.12.2011
Dourados	409	572	789	839	1.994	2.401	2.593

Tabela 11. Inscrições de empreendedor individual – Dourados-MS

Fonte: www.aceddourados.com.br

Município	Quantidade						
	Até 01.02.2010	Até 01.09.2010	Até 02.10.2010	Até 15.04.2011	Até 07.11.2011	Até 13.01.2012	Até 16.03.2012
Dourados	7.962	8.359	8.903	9.620	10.371	10.692	11.072

Tabela 12. Inscrições de empreendedor individual – Dourados-MS

Fonte: www.aceddourados.com.br

A cidade tem o segundo maior PIB entre os municípios de MS, representando cerca de 8% do total das riquezas produzidas no estado, e o 158º maior PIB entre os municípios do Brasil e o 68º lugar entre os municípios



interioranos brasileiros. A cidade também ficou com o 146º maior potencial de consumo (IPC Marketing) entre todas as cidades brasileiras em 2010.

4.4 Identidade - função social

O *Campus* Dourados iniciou suas atividades em sede provisória no final de 2014 com um número reduzido de servidores. Na sede definitiva, iniciou os trabalhos em janeiro de 2016. Diante deste contexto, o *campus* marca seus primeiros passos na construção de sua identidade, contudo, visa construí-la com base em sua função social e na oferta de educação profissional e tecnológica de qualidade. Estas ações estão engajadas socialmente e com estrutura pedagógica comprometida com a formação integral dos estudantes, com ênfase no exercício da cidadania, com a produção e a socialização do conhecimento, em vistas à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais.

4.5 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

Os processos pedagógicos desenvolvidos no IFMS se assentam sobre a ideia de trabalho como um princípio educativo, alinhada às concepções de homem, sociedade e educação. O trabalho é, nessa perspectiva, concebido como processo pelo qual as sociedades e os homens se constituem, os seres humanos criam e recriam a si próprios e suas relações sociais mediados pela ação consciente do trabalho. Trabalho é atividade humana criadora de realidades sociais.



A educação é o processo pelo qual os homens atualizam as novas gerações de sua história, seja de modo formal, sistemático, contando com a escola para isso, ou informal, por meio das relações estabelecidas em todos os espaços ocupados pelos coletivos humanos. Assim, as novas gerações se apropriam dos conhecimentos produzidos pelos seus anciões e as gerações que os sucederam.

Desse modo, é pelo trabalho e pela educação que os homens e as sociedades como um todo se recriam e têm continuidade. Nesse sentido, o homem é um ser que se constitui em atividade, sendo esta, trabalho, agindo sobre o mundo, em meio às relações que estabelece com seus pares e as ferramentas que produz em cada contexto histórico.

Trabalho e educação situam-se no âmbito das necessidades humanas. E, em decorrência disso, na contemporaneidade, residem no campo do direito: direito ao trabalho e direito à educação. Direito de todos.

Na sociedade atual, permeada pelas relações singulares do capitalismo monopolista e financeiro, trabalho tende a ser reduzido à ideia de emprego, coisificado como mercadoria, que, por sua vez, exclui a sua compreensão ontológica, na qual reside o direito do ser humano, em relação ao acordo solidário com outros seres humanos, de apropriar-se, transformar, criar e recriar pelo trabalho - mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia.

A educação escolar básica tem o papel central na construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico, e condição, para uma relação soberanamente humanizada e, portanto, não subalterna e colonizada por demais nações.



Ao ter como ponto de partida a realidade social e as vivências dos educandos, o processo de ensino e aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica pressupõe a integração do conhecimento cuja apropriação dá-se sobre uma relação dialógica entre os sujeitos. Assim, o trabalho didático parte de problematizações do real vivido, se alicerça na pesquisa, fundamentando-se na interdisciplinaridade.

Para isso, os sujeitos do processo educativo atuam na perspectiva, não só como usuários de tecnologias, mas, sobretudo, como produtores, protagonistas e críticos destas. Desse modo, a formação do futuro profissional o concebe como um sujeito social, histórico e produtor de cultura.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico é alicerçado sobre a realidade social problematizando-a, rumo à apropriação do conhecimento por meio da investigação e sistematização do saber na perspectiva da totalidade.

O trabalho coletivo entre os educandos possibilita a construção de aprendizagens colaborativas, sobre as quais são tecidas relações de solidariedade e compromisso com a produção de novas realidades sociais, as quais requerem novos entendimentos da relação entre educação e trabalho e deste em si, como constituidor do ser humano e das formas de existência humana.

Em todos os percursos formativos nos diferentes cursos da instituição, a avaliação é concebida como um processo de acompanhamento da aprendizagem, na perspectiva de avaliação formativa, a partir da qual avaliar é levantar informações para compreender as apropriações, seus processos e então intervir de forma coerente com as necessidades dos educandos.



- **Educação profissional e técnica**

Os Cursos Técnicos do IFMS são organizados em regime semestral, em consonância com os princípios instituídos pela legislação vigente e organizados em unidades curriculares. As unidades curriculares constituem o conjunto de bases tecnológicas, científicas, de gestão, de conteúdos e experiências, que colaboram com a construção do perfil de formação a ser alcançado.

Para atingir seus objetivos, as unidades curriculares deverão ser organizadas ao longo dos períodos letivos com carga horária especificada no Projeto Pedagógico de cada curso. O currículo é organizado visando à integração dos diferentes campos do conhecimento numa perspectiva de totalidade.

Nos cursos técnicos integrados, a formação geral é organizada por unidades curriculares agrupadas segundo eixos tecnológicos, quais sejam: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Já a estrutura curricular da formação técnica é organizada por unidades curriculares de acordo com a área profissional, conforme legislação vigente. As unidades curriculares são agrupadas de forma que as bases tecnológicas, científicas, de gestão e de conteúdos constituam ordenação e sequência lógicas para que se propiciem as aprendizagens referentes ao perfil profissional de conclusão do curso. O itinerário formativo consiste em um conjunto de etapas a serem cumpridas que permitam formações específicas em determinado eixo tecnológico.



- **Cursos superiores**

Os cursos superiores de tecnologia visam proporcionar aprimoramento educacional e profissional dos estudantes. Para isso, os currículos destes cursos são organizados de modo a possibilitar ao estudante formação técnico-científica sólida, direcionada à compreensão das configurações e necessidades do mundo do trabalho e das relações nele implícitas.

Os cursos de Licenciatura estão organizados de forma a permitir a formação do profissional capaz de auxiliar na transformação social. Fundamentam-se nos princípios da dignidade humana; da igualdade de direitos; do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; da laicidade do Estado; da democracia na educação; da transversalidade, vivência e globalidade; da sustentabilidade socioambiental.

- **Pós-graduação**

Nos cursos de pós-graduação, é preponderante o processo de produção do conhecimento para consolidar a formação do pesquisador e o exercício das atividades da docência, no intuito de atender às necessidades sociais e os avanços do mundo produtivo. Assim, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* está organizada a partir da possibilidade de verticalizar a formação, tendo relação direta com as áreas em que outras formas de educação profissional são desenvolvidas em cursos do IFMS. A oferta de formação em nível de *stricto sensu* nas áreas de atuação do IFMS visa contribuir para desenvolvimento de novas linhas e grupos de pesquisa na região, formar pesquisadores e a integração entre diferentes instituições.



- **Educação a distância**

A Educação a Distância (EaD) do IFMS é considerada um encontro não presencial entre sujeitos por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Tais sujeitos dialogam e constroem relações, conhecimentos, práticas e semanapnesituações existenciais, para realizarem intervenções na realidade em que estão inseridos. As atividades envolvem o uso de ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) por meio da Plataforma Moodle, na qual são desenvolvidas as atividades a distância. Uma vez por semana, os estudantes se reúnem presencialmente nos polos presenciais para, por intermédio do tutor, elucidar dúvidas e desenvolver atividades propostas pelos professores das unidades curriculares.

- **Formação inicial e continuada**

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo IFMS corroboram para “uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais.” (BRASIL, 2009, p. 5). Dessa forma, almeja-se propiciar uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitua em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).



4.6 Organização didático-pedagógica da instituição

A organização didático-pedagógica dos cursos ofertados pelo IFMS está alicerçada sobre a premissa de que a educação é processo de humanização, por essa razão, os tempos e espaços nos quais são desenvolvidas as diferentes formas de educação profissional são pensados priorizando o protagonismo de seus sujeitos principais: educandos e educadores.

Essa perspectiva é expressa nos documentos que norteiam a organização da Educação Profissional, Científica e Tecnológica conforme suas diferentes formas. Cada oferta é contemplada em uma normatização própria, intitulada Regulamento da Organização Didático-Pedagógica, em consonância com os princípios gerais que norteiam todas as ações do IFMS.

As orientações e regras presentes nesses regulamentos específicos são atualizadas periodicamente, a cada quatro anos, a partir das contribuições dos *campi* por meio da manifestação de docentes, técnicos e gestores. Os Regulamentos da Organização Didático- Pedagógica dos cursos ofertados pelo IFMS são disponibilizados aos estudantes em meio físico e eletrônico quando do ingresso no curso, ou da atualização do documento.

- **FLEXIBILIDADES DOS COMPONENTES CURRICULARES**

O perfil de formação do profissional egresso do IFMS nos diversos cursos oferecidos pela instituição está ancorado em uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos, em princípios contemporâneos de relacionamento interpessoal, comunicação oral, pensamento crítico e racional, capacidade para resolver problemas de ordem técnica, capacidade criativa e inovadora, capacidade de gestão e visão estratégica em operações dos diferentes campos de atuação.



Ao vislumbrar esse perfil final de formação, as diretrizes pedagógicas da instituição possibilitam aos seus estudantes o enriquecimento curricular por meio da matrícula e inserção em unidades curriculares que não pertencem à matriz curricular do curso em que está matriculado. Ou seja, possibilitando o desenvolvimento de sua autonomia, o educando, em formação, pode alargar a visão sobre seu campo profissional por meio da construção de um percurso de formação que vai além da previsão inicial presente no Projeto Pedagógico de Curso.

No decorrer do processo formativo, ao estudante, tanto dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, nos cursos técnicos e dos cursos superiores, é possível a matrícula por unidade curricular e a este é possibilitado cursar unidades de enriquecimento curricular.

Além das experiências de pesquisa impulsionadas pelos editais internos e externos de fomento, a pesquisa está presente também na formação dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio por meio da realização de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e da unidade curricular Projeto Integrador.

O TCC fomentado pela unidade curricular Projeto Integrador em consonância com as oportunidades de iniciação científica vivenciadas ao longo do curso pode ser realizado em dupla de estudantes de um mesmo curso ou de cursos diferentes, numa perspectiva interdisciplinar do conhecimento, característica essa que encontra respaldo na perspectiva de que a aprendizagem se dá em relação social e o trabalho coletivo potencializa o aprendizado individual.

- **OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO**



Além das experiências de pesquisa impulsionadas pelos editais internos e externos de fomento, a pesquisa está presente também na formação dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio por meio da realização de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e da unidade curricular Projeto Integrador.

Como ação de valorização dos conhecimentos apropriados pelos estudantes por meios formais ou informais, podem ser indicados ao Exame de Suficiência os estudantes que demonstrarem extraordinário aproveitamento nos estudos, conforme período definido em Calendário.

A convalidação de unidades curriculares também é uma ação que possibilita uma forma diferenciada de integralização do currículo, consistindo no aproveitamento de conteúdos de unidades curriculares nas quais o estudante tenha sido aprovado, cursadas em outro currículo, curso ou instituição de ensino, no mesmo nível de ensino, desde que atendidas as condições expostas a seguir.

Os estudantes matriculados em cursos de graduação do IFMS poderão requerer convalidação de unidades curriculares quando cursarem:

- I. unidades curriculares em outros cursos superiores do IFMS, não simultâneas e anteriores ao período no qual o estudante está matriculado;
- II. unidades curriculares em cursos superiores de outra instituição, anteriormente ao ingresso no curso do IFMS;
- III. unidades curriculares em cursos superiores em outra instituição com a qual há acordo de mobilidade acadêmica.



Para os estudantes de cursos técnicos integrados poderá ser concedida a convalidação de unidades curriculares específicas da área profissional para o estudante que tenha concluído integral ou parcialmente cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, adotando-se os critérios presentes no Regulamento da Organização Didático- Pedagógica dos Cursos Técnicos Integrados.

Namodalidade Proeja, há a possibilidade de ser concedida a convalidação de qualquer unidade curricular do curso para o estudante que tenha concluído integral ou parcialmente cursos de Ensino Médio, de Educação Profissional ou não, adotando-se os critérios presentes no Regulamento da Organização Didático- Pedagógica dos Cursos Técnicos Integrados.

Caso o estudante necessite de maior tempo para integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele amplie seu tempo de formação, observados os parâmetros dos regulamentos específicos.

- **Atividades práticas e estágios**

Os estágios supervisionados e as atividades práticas integram os processos de ensino e aprendizagem no intuito de aproximar o estudante do cotidiano laboral e de situações reais, possibilitando vivências inerentes ao exercício da futura profissão, a partir do conhecimento construído no percurso de formação curricular.

O estágio no IFMS pode ocorrer em caráter obrigatório e não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do Projeto Pedagógico de Curso. O Estágio Obrigatório é requisito para



aprovação e obtenção da diplomação/certificação. Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória.

O estágio de estudantes, em suas duas formas, é concebido como previsto na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o qual configura um ato educativo escolar realizado em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular.

Desse modo, o estágio faz parte do PPC com a finalidade de promover o aprendizado de conhecimentos próprios da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Assim, o estágio possibilita ao estudante: complementar o conhecimento adquirido no curso do IFMS a fim de facilitar sua entrada no mundo do trabalho; familiarizar-se social e psicologicamente à atividade profissional; orientar-se na escolha de sua especialização profissional; aperfeiçoar as relações sociais e interação profissional do estudante.

Com isso, o estágio constitui-se na interface entre a vida acadêmica e a vida profissional, dando continuidade ao processo de aprendizagem. Tal procedimento é planejado criteriosamente e envolve orientação, encaminhamento, supervisão e avaliação do estudante-estagiário.

- **Desenvolvimento de materiais pedagógicos**



Para subsidiar o processo de ensino e aprendizagem e aprimorar o trabalho docente, os professores do IFMS organizam os materiais pedagógicos que subsidiam o trabalho realizado com os estudantes.

O acompanhamento da produção de materiais didáticos constitui uma das atribuições do Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional – Nuled visando ao fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem, bem como a formação continuada dos docentes.

No intuito de fomentar essa ação, incluindo sua extensão para as relações pedagógicas na educação a distância, o IFMS também prevê a oferta de cursos de elaboração de materiais para os cursos e unidades curriculares ofertados na modalidade Educação a Distância.

- **Incorporações de avanços tecnológicos**

Os avanços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) na oferta educacional são incorporados por meio da busca pela melhoria dos processos educativos e a formação continuada dos docentes.

Visando fomentar a formação continuada dos docentes e constituir um espaço de reflexão e produção de conhecimento acerca da educação profissional, o IFMS oferta o curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Conforme a Resolução CNE nº 06, de 20 de setembro de 2012, essa Especialização visa equivaler à Licenciatura para aqueles que atuam em cursos de Educação Profissional no âmbito da Educação Básica, na Instituição. Desse modo, as questões próprias da Educação Profissional são objetivo de estudos e debates entre os discentes desse curso, que também são servidores da Instituição.



4.7 Políticas de ensino

A Educação Profissional e Tecnológica, como uma modalidade da educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, constitui um campo de realização de direitos. Por essa razão, na perspectiva do trabalho como princípio educativo, a formação de seus estudantes não pode ser enleada no imediatismo do mercado de trabalho, mas requer processos educativos não aligeirados e/ou fragmentados.

Em consonância com esse ideário, os processos formativos conduzidos pelo IFMS têm seus tempos de formação ampliados primando pela integração dos diferentes campos do conhecimento.

Visando à formação científica e tecnológica de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, tendo em vista a formação integral para o mundo do trabalho, os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica do IFMS empregam metodologias pautadas na perspectiva da práxis.

Para apoiar as necessidades do ensino em diferentes campos, o IFMS desenvolve de forma sistêmica um processo de avaliação diagnóstica em Língua Portuguesa e Matemática, o qual conta com a aplicação de um instrumento único aos estudantes ingressantes em todos os cursos técnicos em cada *campus* da instituição.

A partir dos resultados levantados na avaliação diagnóstica, os estudantes são convidados ou convocados a participar de um Programa de Matemática Integrada e Língua Portuguesa Integrada. Os referidos Programas visam ao fortalecimento das aprendizagens nas áreas mencionadas, com o intuito de



possibilitar aos estudantes as apropriações fundamentais para o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem com êxito.

As formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente ocorre nas seguintes formas: No calendário acadêmico é previsto semestralmente um período para a realização do Planejamento de Ensino do Professor. O Plano de ensino é encaminhado ao Coordenador de curso e pedagogo, e após ajustes, é divulgado aos estudantes no início de cada semestre. A supervisora pedagógica acompanha algumas aulas ministradas pelos docentes, a fim de verificar se está em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso, bem como, os aspectos didático-pedagógicos utilizados pelo professor em sala.

A Coordenação de Curso e a pedagoga, verificam a compatibilidade entre o Plano de Ensino e o Diário de Classe. Na avaliação docente pelo discente, realizada semestralmente, é avaliado o desenvolvimento das atividades do professor. Ressalta-se que nesta avaliação, todos os estudantes avaliam todos os docentes que ministram aulas durante o semestre letivo. Essa avaliação corresponde a 30% da avaliação de desempenho. Cabe ainda citar que os docentes elaboram um Plano de Trabalho referente às atividades a serem desenvolvidas no decorrer do período, e um relatório das atividades ao final do semestre letivo.

4.8 Políticas de extensão

As Políticas de Extensão do IFMS têm como focos fundamentais de atuação o apoio e o fortalecimento da participação, seja como ouvinte ou como palestrante,



de discentes, docentes e técnicos-administrativos, diretamente relacionados a projetos de extensão em eventos técnicos, sociais, científicos, artísticos, esportivos e culturais, bem como a garantia de acesso democrático e a permanência, com qualidade, no IFMS.

As Políticas de Extensão compreendem as ações direcionadas para o incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão vinculados ao desenvolvimento regional, envolvendo docentes, estudantes e técnicos-administrativos, a institucionalização de programas de extensão comunitária como forma de retorno das atividades acadêmicas à sociedade e também a ampliação da participação dos familiares dos estudantes e comunidade em geral nas atividades.

Também abarcam as ações das Políticas de Extensão a inserção e a permanência de pessoas com necessidades especiais e diversidade de forma a garantir às mesmas o direito à educação, além do incentivo à organização estudantil.

4.9 Políticas de pesquisa e inovação

As Políticas de Pesquisa do IFMS encontram fundamento nas premissas que buscam a integração e a articulação entre ciência, tecnologia, inovação e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica, como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à formação de um cidadão pleno e em exercício de atividade laboral.

As ações que concretizam as Políticas de Pesquisa e Inovação no IFMS revelam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A pesquisa



se concretiza nas diferentes ações de ensino e extensão, contribuindo com mecanismos para o acesso, permanência e êxito do estudante no IFMS. O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFMS (Pitec) estabelece as diretrizes para operacionalização da concessão de bolsas e auxílios aos estudantes dos níveis médio e superior da instituição envolvidos com projetos de pesquisa.

O Empreendedorismo e Inovação se desenvolvem a partir do conteúdo programático das disciplinas de empreendedorismo oferecidas nos cursos de nível médio e de nível superior, além das demais ações integradas realizadas durante os semestres letivos. O Programa de Empreendedorismo e Inovação norteará essas atividades, incluindo também, o modelo de operacionalização dos mecanismos de apoio institucional para a geração de novos negócios. Desta forma, a integração dessas ações e mecanismos, com a dos demais atores locais, contribuem para a formação de Territórios Inovadores nas diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul.

4.10 Políticas de gestão

Em consonância com a perspectiva de gestão democrática que norteia todas as ações em educação no país, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, de 1996, as políticas de gestão do IFMS visam à democratização das ações institucionais com vistas a consolidar a universalização e interiorização da educação profissional, científica e tecnológica no estado de Mato Grosso do Sul.



Nesse sentido, os principais agentes dessas políticas são os servidores técnicos e docentes, que, por meio dos seus representantes nas ações próprias de gestão, implementam uma nova institucionalidade em compromisso com o social. O IFMS está, assim, alinhado à proposta que originou a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pautado na indissociabilidade entre teoria e prática.

Desse modo, os modelos de gestão do passado já não respondem às demandas contemporâneas de todas as ordens e nesse caminho que seguem os desafios enfrentados pelo IFMS em seu processo de implantação. Desta forma, o uso das tecnologias torna-se primordial para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, da comunicação e da gestão educacional.

- **Políticas de gestão de pessoas**

Nos institutos federais os servidores são divididos em duas categorias: os docentes na carreira de professor de ensino básico, técnico e tecnológico, e os técnicos administrativos em educação.

→ **Carreira Docente:** O ingresso de docentes ocorre através de concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos do Magistério Federal, na categoria funcional de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, ou através de Processo seletivo Simplificado para a contratação de Professor Substituto, conforme a metodologia de cálculo indicada na Nota Técnica Nº 50/2016/CGDP/DDR/SETEC/SETEC. Os



requisitos exigidos referente a titulação para investidura no cargo é ser portador de diploma de graduação em curso superior reconhecido pelo MEC exigido para o cargo a que irá concorrer.

→ **TAE's:** O ingresso de servidores ocorre pelo processo de concurso público de provas para o provimento de cargos Técnico-administrativos em Educação do Quadro de Pessoal Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Mato Grosso Do Sul (IFMS). Os requisitos de formação vai de acordo com o cargo a qual concorre.

- **Plano de capacitação institucional**

O Plano de Capacitação Institucional tem por objetivo melhorar o desempenho das equipes de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, oportunizando o desenvolvimento profissional e pessoal por meio da aprendizagem de novas habilidades, aprimoramento e otimização do trabalho realizado.

O plano foi desenvolvido em consonância com o Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com o Decreto nº 5.825 de 29 de junho de 2006, que trata do Plano Anual de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e com a Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, entre outras.



O mesmo é composto por trilhas de aprendizagem, tendo por base as seis linhas de desenvolvimento do Decreto nº 5.825, sendo: I - iniciação ao serviço público; II - formação geral; III - 6 educação formal; IV – gestão; V- inter-relação entre ambientes; e VI – específica. Conforme o Decreto nº 5.825, a capacitação contribui para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; visa capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social do IFMS.

O Plano de Capacitação Institucional tem o objetivo principal de nortear as capacitações a serem executadas visando o atendimento das necessidades institucionais, desta forma, não existe uma obrigatoriedade em realizar todos os cursos das trilhas, em um prazo determinado, uma vez que o critério principal será a demanda dos setores por formação específica.

4.11 Políticas de educação inclusiva – políticas de assistência estudantil

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul possui o Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário previsto para o período de 2014 a 2018, com a meta a criação de regulação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas em cada *campus*, aquisição de mais equipamentos específicos para acessibilidade, aquisição de materiais didáticos (software), elaboração, adequação e reprodução de material pedagógico de orientação para estudantes com necessidades



educacionais específicas e a formação para acessibilidade aos servidores do quadro e à comunidade acadêmica.

Em relação à estrutura física, todos foram projetados em observância ao Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.098/00 e nº 10.436/02, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impulsionando uma política nacional de acessibilidade.

NAPNE

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais / Específicas, NAPNE-IFMS, é um programa permanente, *multicampi*, que tem por finalidade possibilitar e garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais especiais no IFMS e pessoas com deficiência.

O NAPNE tem como visão garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais especiais no IFMS, junto das trajetórias formativas ofertadas, por meio das áreas de ensino, pesquisa e extensão, realizando orientações, estudos, relacionando outras instituições educacionais de diferentes níveis e redes de ensino bem como entidades de/e para pessoas com deficiência.



Princípios Norteadores

O NAPNE tem como princípios norteadores:

Acessibilidade: São as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, do acesso à informações, edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade.

Responsabilidade Social: Respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos e Instituições com a sociedade em geral.

Equidade: Adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade. Pode-se dizer, então, que a equidade adapta a regra a um caso específico, a fim de deixá-la mais justa. Ela é uma forma de se aplicar o Direito, mas sendo o mais próximo possível do justo para as duas partes.

No *Campus* Dourados, o napne ainda não foi implantado, contando apenas com um servidor responsável por atender as demandas do núcleo.



Políticas de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do IFMS caracteriza-se como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras para a implementação de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e êxito escolar, promovendo estímulo o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFMS, 2013) .

Poderão ser beneficiários da Política de Assistência Estudantil os estudantes regularmente matriculados e frequentes nos cursos presenciais oferecidos pelo IFMS de acordo com as especificidades dos benefícios, regulamentação própria e a disponibilidade orçamentária. E o atendimento aos estudantes será realizado por meio de auxílios concedidos por critério socioeconômico e auxílio para ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Os recursos para financiamento das ações relacionadas à assistência estudantil serão originários da matriz orçamentária anual do IFMS em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, conforme Decreto Presidencial nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Os auxílios são ofertados por meio de edital interno de seleção que estabelece critérios e condições para recebimento dos mesmos. No âmbito do IFMS já foram implementados os Programas de Auxílio Permanência, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte e Alojamento Estudantil, sendo este último



exclusivo ao *Campus Nova Andradina*, por ser localizado em área rural, distante 20 km da cidade.

Atualmente o *Campus Dourados* oferta o Programa Auxílio Alimentação, o benefício será creditado mensalmente aos estudantes selecionados por meio de depósito bancário efetuado em conta bancária (em nome do estudante). Serão concedidos 33 (trinta e três) auxílios-alimentação para os estudantes dos cursos técnicos integrados de nível médio. Os beneficiários receberão mensalmente o valor de R\$ 100,00 (cem reais), durante o período letivo de 2016, totalizando 7 (sete) auxílios. Não serão concedidos auxílios durante as férias escolares, referente aos meses de julho e dezembro, conforme calendário letivo.

4.12 Políticas de educação ambiental

Ao abordarmos as questões ambientais, é importante fazer considerações sobre a legislação brasileira relacionada ao meio ambiente. Nesse sentido, o Brasil é um dos países privilegiados em termos de legislação ambiental, a começar pela Constituição Brasileira de 1988 que dedica um capítulo especial às questões ligadas ao ambiente, determinando que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).



Além disso, no parágrafo primeiro, inciso VI, determina ao Poder Público, a incumbência de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Para implantar a política, foi criada a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecendo a obrigatoriedade da inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

O IFMS tem compromisso com uma sociedade mais igualitária, justa e ambientalmente correta. A responsabilidade social abarca tanto as ações no nível interno da instituição, bem como com a sociedade em geral, quanto os próprios processos de formação profissional desenvolvidos por meio de seus cursos. O trabalho educativo com as unidades curriculares previstas no projeto pedagógico dos cursos fomenta a crítica e a reflexão dos estudantes sobre problemáticas sociais contemporâneas, visando que a formação profissional os aproxime das questões da humanidade, do bem comum, para que assim se efetive a plena formação do educando.

É fomentado assim, no âmbito dos cursos ofertados pelo IFMS, o estímulo às práticas sustentáveis e de responsabilidade social, direcionadas para a formação de indivíduos com protagonismo social, críticos, capazes de interagir com as questões ambientais, sociais e econômicas de forma responsável, ética e justa.

O papel representado pelo IFMS, que é de inovação e desenvolvimento tecnológicos, de excelência profissional, de preparação de futuros profissionais



técnicos, e de gerador de conhecimento, deve contribuir também para incentivar a incorporação de princípios e práticas de sustentabilidade ambiental, de forma a fomentar mudanças nas práticas de outras organizações públicas e privadas, inclusive de empresas parceiras.

O *CampusDourados*, como unidade formadora dos futuros tomadores de decisão, assume a missão de liderar e gerar alternativas para a redução de impactos ambientais dentro da própria instituição, estimulando a atuação conjunta de professores e estudantes na condução de pesquisas e práticas que podem influenciar, definitivamente, a melhoria das comunidades nas quais viverão e na sociedade como um todo

A política ambiental encontra-se reforçada no próprios valores do IFMS, que são “o compromisso social, respeito ao meio ambiente e compromisso com o ser humano”, bem como uma das metas propostas no PDI da instituição, que são: “Fomentar as ações ambientais e de sustentabilidade e promover ações para qualidade de vida da comunidade interna e externa.” Uma das políticas implementadas pelo *campus* para alcançar esses objetivos é a Semana do Meio Ambiente, realizado anualmente no período de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. É um evento que reúne sobre a educação profissional e tecnológica, promoções educacionais, concursos e ações ambientais, com a finalidade de ampliar a educação para consciência ambiental. Atualmente, o foco ambiental tem se ampliado e percebe-se a necessidade de se aplicar o lado teórico, de forma construtiva, promovendo ações práticas com resultados concretos. Durante o evento, estudantes de todos as modalidades e níveis de ensino da instituição obtém informações de contexto ambiental e interdisciplinar, sobretudo sobre técnicas e meios de minimização dos danos ambientais.



Além disso, o *campus* tem como prática a minimização na emissão de resíduos, a eficiência energética, a ocupação racional dos espaços e a gestão de recursos materiais pautados nas ações de: reduzir, retornar, reutilizar e reciclar (“4R”).

Em síntese, as Diretrizes da Política Ambiental no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul *Campus* Dourados considerará os princípios da sustentabilidade como eixo articulador de ações, a gestão ambiental participativa e a educação ambiental

4.13 Políticas de educação no campo

A Política de Educação no Campo juntamente com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA criados a partir do Decreto de nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, reforça a necessidade da valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

O grande passo e de importância significativa para a educação no campo e sua inclusão na agenda política educacional talvez tenha sido a inserção na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 em seu artigo 28, que trata da forma de estruturação e adequação do sistema de ensino as peculiaridades da vida no espaço rural. A resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas



de atendimento da educação básica do campo. Importante registrar que as Diretrizes possibilitaram a elaboração de propostas pedagógicas que valorizem, a diversidade cultural, a gestão democrática e o acesso aos avanços científicos e tecnológicos no ensino, bem como, suas respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida da população.

A Lei de criação (11.892, de 29/12/2008), dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, institui que uma das finalidades e características destas instituições é a de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Além disso, a estrutura *multicampi* dos institutos, aliada a sua missão, junto com a clara definição do seu território de abrangência, reforçam o compromisso da intervenção nas regiões, com a identificação dos problemas e criação de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

A Educação do Campo representa o compromisso com uma política que possibilite o acesso ao conhecimento dos povos que vivem no campo junto a uma educação que conduza a emancipação deste segmento da população ofertando uma educação que valorize o espaço rural, fazendo uso das ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, nos últimos anos a educação no campo tem conquistado relevante espaço nos projetos a nível municipal, estadual e principalmente federal, auxiliando ainda mais no processo de valorização do espaço rural como local de conhecimento, cultura, vivência e construção de novas possibilidades e não somente como um lugar para trabalho.



Com relação a política de Educação no campo, descrita no decreto 7352 de 2010, o *Campus* Dourados atende a trabalhadores rurais assalariados, assentados e indígenas, através de parcerias com as prefeituras que estão em sua área de abrangência, oferecendo cursos de qualificação profissional a esses trabalhadores, com turmas diretamente nos distritos e municípios interessados. Além disso, oferece cursos específicos para as comunidades indígenas nas aldeias de Dourados.

4.14 Políticas de acesso - ações afirmativas

A admissão aos cursos da educação profissional técnica de nível médio na forma integrada far-se-á mediante exame de seleção nas épocas previstas em edital público e só dará direito ao ingresso no primeiro período do curso.

A admissão aos cursos de formação inicial e continuada (FIC) e subsequente (na modalidade educação a distância) aconteceram por meio de sorteio público em conformidade com edital próprio aprovado pelo IFMS.

A admissão dos cursos superiores presenciais far-se-á mediante editais de processos seletivos seguindo os critérios estabelecidos pelos artigos 6º, 7º, 8º e 9º da PORTARIA NORMATIVA Nº 21, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012 que dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu:

Art. 6º É facultado à instituição de ensino ofertar, no processo seletivo referente ao primeiro semestre, as vagas de cursos cujo início das aulas ocorrerá no segundo semestre.

Parágrafo único. No caso previsto no caput deste artigo:



I - as vagas serão preenchidas exclusivamente segundo a ordem de classificação dos estudantes, de acordo com as notas obtidas no Enem;

II- o estudante não poderá optar pelo ingresso no primeiro ou no segundo semestre; e

III - a instituição deverá garantir que o estudante selecionado para uma das vagas do segundo semestre realize a matrícula no mesmo período estabelecido no edital do processo seletivo do Sisu referente ao primeiro semestre.

Art. 7º O representante legal da instituição de ensino deverá:

I - fornecer as informações requeridas pelo sistema;

II - executar os procedimentos referentes ao processo seletivo do Sisu de competência da instituição; e

III - assinar o Termo de Adesão, conforme disposto no § 1º do artigo 4º desta Portaria;

§ 1º O representante legal poderá designar:

I - um responsável institucional, para praticar todos os atos no Sisu em nome da instituição, inclusive assinar o Termo de Adesão; e

II - colaboradores institucionais, para execução de procedimentos operacionais no Sisu.

§ 2º Somente poderão ser designados para atuar como responsável institucional ou como colaborador institucional os servidores da própria instituição.

§ 3º Os atos praticados pelo responsável institucional e pelos colaboradores institucionais produzirão todos os efeitos legais e presumem-se praticados pelo representante legal da instituição para todos os fins de direito.

Art. 8º A instituição de ensino do Sisu deverá:

I - abster-se de cobrar quaisquer tipos de taxas relativas aos processos seletivos realizados no âmbito do Sisu;



II - disponibilizar acesso gratuito à internet para a inscrição de estudantes aos processos seletivos do Sisu;

III - manter os responsáveis pelo Sisu na instituição permanentemente disponíveis e aptos a efetuar todos os procedimentos relativos ao processo seletivo, observado o cronograma divulgado em edital da SESu;

IV - divulgar, em seu sítio eletrônico na internet e mediante afixação em local de grande circulação de estudantes, o Termo de Adesão firmado a cada processo seletivo, os editais divulgados pela SESu, os editais próprios e o inteiro teor desta Portaria;

V - efetuar a análise dos documentos exigidos para a matrícula, inclusive aqueles necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos estabelecidos:

a) pela Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012, para as instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação;

b) pelos atos internos das instituições de ensino que disponham sobre as políticas de ações afirmativas suplementares ou de outra natureza, eventualmente adotadas pela instituição;

VI - efetuar as matrículas dos estudantes selecionados por meio do Sisu, lançando a informação de ocupação da vaga no sistema em período definido em edital divulgado pela SESu; e

VII - cumprir fielmente as obrigações constantes do Termo de Adesão e as normas que dispõem sobre o Sisu.

§ 1º As instituições de ensino deverão arquivar, sob sua responsabilidade, as fotocópias dos documentos referidos no inciso V do caput pelo prazo mínimo de cinco anos, contado da data de sua apresentação. 4

§ 2º A execução de todos os procedimentos referentes ao Sisu tem validade para todos os fins de direito e enseja a responsabilidade pessoal dos agentes executores, nas esferas administrativa, civil e penal.



Art. 9º Os editais das instituições de ensino explicitarão as condições de sua participação no Sisu, indicando de forma discriminada, por curso e turno, o número de vagas, inclusive aquelas reservadas em decorrência da Lei nº 12.711, de 2012, e regulamentação em vigor, bem como o local, o horário, os documentos e os procedimentos necessários para a realização das matrículas.

Desde a criação da Lei nº 12.711 de agosto de 2012, mais conhecida como a Lei de Cotas, o IFMS tem implementado de forma plena os critérios estabelecidos pelos artigos 4º e 5º da referida Lei:

Art. 4o As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5o Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Os ingressantes cotistas do IFMS atendem aos critérios racial, social e econômico, referente a distribuição de vagas para estudantes com renda familiar



igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (conforme dispõe os dois artigos acima citados).

4.15 Políticas de educação a distância

A educação a distância apresenta-se hoje como uma estratégia essencial na democratização do acesso ao conhecimento. Articulada à educação profissional, visa proporcionar ao cidadão a sua inserção, de forma mais rápida, às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

O mundo do trabalho exige profissionais cada vez mais aptos e qualificados para atender às novas exigências. Nesse contexto, a educação a distância é verificada como metodologia aliada a esse processo. Estimulados pela democratização de acesso e pelas constantes atualizações profissionais em função da telemática, a educação a distância amplia-se notoriamente no mundo e no Brasil, permitindo que pessoas e instituições a utilizem como mais uma possibilidade para gerar e buscar maiores conhecimentos. O governo, em todas as suas esferas, vem utilizando a educação a distância como ferramenta educacional, com a finalidade de atender inúmeros segmentos populacionais, com vistas à diminuição da exclusão social, objetivando atender a um grande número de pessoas que, por diversos motivos, não puderam frequentar os ambientes tradicionais de ensino.

Corroborando com as propostas do Governo Federal e considerando o expressivo número de sul-mato-grossenses com dificuldades de acesso à escola pública de qualidade, o IFMS, vislumbrando a utilização de novas propostas pedagógicas, deu início às atividades da Educação a distância em setembro de



2010, praticamente junto com o início das atividades com a oferta de cursos presenciais dos 7 primeiros *campi* em Mato Grosso do Sul, que se deu em fevereiro de 2011, exceto o *Campus* Nova Andradina iniciou em março de 2010.

Por meio dos cursos a distância, o estudante tem a oportunidade de se relacionar com professores, outros colegas e ampliar seu leque de relacionamentos, assim como melhorar suas expectativas pessoais e laborais e, simultaneamente a seu aprendizado, aplicar o conhecimento adquirido em suas aulas no próprio ambiente de trabalho.

Perante esta nova sociedade, caracterizada pelos grandes avanços proporcionados pela ciência e mídia eletrônica, com vínculo cada vez maior ao processo produtivo, o IFMS vem oferecendo a qualificação e requalificação por meio da educação a distância, visando contribuir com a população sul-mato-grossense, no que diz respeito ao ingresso e qualificação do cidadão no mundo do trabalho, com vistas a uma vida mais digna e acesso a educação de qualidade e gratuita nos municípios em que atua.

Em 2014, por meio da parceria com o IFPR, o IFMS conta com 26 pólos de Educação a Distância, atendendo a 21 municípios com 130 turmas e um total de 4.853 estudantes. As teleaulas são realizadas nos estúdios e transmitidas via satélite para todos os Polos de Educação a Distância, contando com as seguintes ferramentas:

O ambiente virtual de ensino e aprendizagem (Avea) Moodle utilizado no IFMS, auxilia no aprendizado e na comunicação dos coordenadores, professores, areatutoresa distância e alunos. A comunicação síncrona ocorre por meio das salas de bate-papo disponível no ambiente de aprendizagem.



A trilha de aprendizagem do Avea faz com que o aluno navegue em um ambiente virtual de aprendizagem organizado pedagogicamente, proporcionando facilidade para localização de informações, como também incentiva o professor a complementar os conteúdos estudados, por meio de indicações de artigos, textos e vídeos e estimula a criação de livros digitais, objeto de aprendizagem com animações interativas. Os professores da EaD postam suas atividades no Avea, havendo somente o contato via chat e fórum com os estudantes. Em cada polo de apoio presencial, o tutor presencial se faz presente para repassar informações aos estudantes e fornece apoio ao professor EaD. Os tutores presenciais são considerados responsáveis pelos polos de apoio e, por estarem em contato direto com o estudante, orientam as atividades, lançam presenças, aplicam provas, corrigem e lançam as notas.

Atualmente, existe uma visão de aniquilamento da distância, pois a educação pode atingir todos os indivíduos, a qualquer tempo e em qualquer posicionamento. A educação a distância passa a ser uma educação sem limites.

Uma questão notável é a possibilidade de se atingir maior área física. Com a Educação a Distância, o IFMS não fica restrito somente a locais pré-determinados e horários definidos, mas consegue também alcançar pessoas que não podem manter frequência escolar regular em horário regulares, chegando a municípios que até então não havia disponibilidade de cursos para formação profissional ou aprimoramento.

A Lei nº 9.394, de 1996, que regula as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), dispõe, em seu art. 80, pela primeira vez na legislação educacional brasileira, sobre a educação a distância (EAD), cabendo ao Poder Público



incentivar “o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Somente quase dez depois esse dispositivo foi regulamentado pelo Decreto nº 5.622, de 2005, caracterizando “a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. A EAD, por esse decreto, “organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais”. Esses momentos devem ser destinados para avaliação de aprendizagem, estágios obrigatórios, defesa de trabalhos de conclusão de curso (TCC) e atividades relacionadas a laboratórios de ensino”. Em março de 2016, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por sua Câmara de Educação Superior (CES), aprovou, após vários meses de debates, a Resolução CNE/CES nº 1/2016 , que estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. Essas normas servirão de “base para as políticas e processos de avaliação e de regulação dos cursos e das instituições de educação superior (IES) nos âmbito dos sistemas de educação”.

O art. 2º dessa Resolução caracteriza a EAD com mais amplitude, como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a



presencialidade e a virtualidade “real”, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

A EAD deverá atender, entre outros dispositivos, às diretrizes curriculares nacionais, “rigorosamente”, como determina o § 1^a do art. 2^o da citada Resolução. É interessante observar, contudo, que a Resolução CNE/CES nº 2/2007 estabelece a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, apenas “na modalidade presencial”. Não se concebe, por exemplo, um bacharelado em Administração, ofertado na modalidade a distância, ter carga horária mínima diversa da presencial.

Após a edição da LDB, a EAD jamais foi regulamentada adequadamente, prejudicando a avaliação presencial, disciplinada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado máximo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Essa ausência de regulamentação clara e consistente e de instrumentos de avaliação in loco especialmente projetados trouxe para a EAD diversos equívocos e, na maioria dos casos, um desvirtuamento dessa modalidade. Essa lacuna proporcionou a existência de cursos e polos de EAD sem metodologias de aprendizagem e infraestrutura tecnológica adequadas a essa nova modalidade no sistema educacional brasileiro.

O art. 30 da Resolução CNE/CES nº 1/2016, todavia, vem preencher esse vazio, ao determinar que, no prazo de 120 dias, contados a partir da publicação



dessa Resolução (DOU, Seção 1, de 14/3/2016), os diversos órgãos que integram o Sinaes, como a Conaes, devem providenciar:

- I. a organização de padrões e parâmetros de qualidade destinados à modalidade de educação a distância, na perspectiva institucional prevista nesta Resolução;
- II. a definição de instrumento de avaliação externa para fins de credenciamento e credenciamento institucional, autorização e reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância;
- III. o estabelecimento de processo avaliativo dos(as) estudantes em formação e concluintes em cursos superiores na modalidade a distância.

Caberá à Conaes, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.861, que institui o Sinaes, em relação à EAD, “propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes”, assim como “estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes”, além de formular propostas para o desenvolvimento da EAD, “com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação”.

4.16 Políticas de avaliação institucional

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e está relacionada:

- à melhoria da qualidade da educação superior;
- à orientação da expansão de sua oferta;



- ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (SINAES, Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004)

Para atender esses objetivos, a avaliação assume importante papel, pois é uma ferramenta de gestão que auxilia a administração a conhecer as potencialidades e as carências da instituição, subsidiando a tomada de decisão visando a melhoria e manutenção da qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A avaliação Institucional é dividida em duas partes: Autoavaliação, Avaliação Externa.

A autoavaliação, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na Instituição, ou seja, é um processo de indução de qualidade da Instituição. Esse processo é consolidado com a apresentação do Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem como uma de suas finalidades, subsidiar os processos de avaliação externa.

Todo esse processo deve ser pautado nas orientações sugeridas pela Comissão Nacional de avaliação da Educação Superior (CONAES), onde propõe uma organização para a elaboração desse relatório.



No IFMS, a autoavaliação institucional teve início no ano de 2013, com a instauração da Comissão Própria de Avaliação (CPA) Central, e, no mês de abril de 2014, foi aprovado o regulamento da CPA e, com isso, iniciou a implantação das CPAs locais nos *câmpus*. A CPA é um órgão colegiado, formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica, e tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para garantir a participação da comunidade na autoavaliação institucional são realizadas as seguintes ações:

- a) reuniões ou debates de sensibilização;
- b) sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas dessas reuniões;
- c) seminários internos para apresentação do Sinaes, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematização dos resultados e outros;
- d) composição de grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (avaliação de egressos e/ou dos docentes; estudo de evasão etc.);
- e) elaboração de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais (Focus Group) e outros;
- f) definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- g) definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros;



- h) definição de formato de relatório de autoavaliação; definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- i) elaboração de relatórios; e
- j) organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

Ainda há reuniões periódicas com os setores da instituição, para coleta de sugestões, sistematização e elaboração de metas, além da participação efetiva nos Conselhos especializados e na Avaliação do Docente pelo Discente.

De acordo a Portaria nº 821, de 24 de agosto de 2009, Art. 6º, as Instituições devem postar os relatórios de autoavaliação institucional no sistema e-MEC até o dia 31 de março de cada ano.

Sobrinho (2000, p. 61) afirma que “a avaliação institucional não é instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos deslocados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiência de profissionais individualizados. Não se trata apenas de conhecer o estado da arte, mas também de construir”.

O processo não se resume somente a uma avaliação quantitativa, onde são apresentados apenas os resultados através de tabelas e estatísticas supostamente indiscutíveis. Consiste, essencialmente, na atribuição de significado e emissão de juízos de valor sobre a práxis desenvolvida no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. A implementação de sistemas de autoavaliação é considerada de fundamental importância para o crescimento institucional, sendo os resultados essenciais para o



delineamento de vários aspectos relacionados com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio do relatório a Gestão toma conhecimento dos aspectos positivos e negativos, bem como contribui para identificar as potencialidades e fragilidades da instituição. A partir da análise são feitas propostas de melhorias indicadas no relatório.

O questionário e o Relatório de autoavaliação deve ser organizado em cinco eixos, contemplando as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei 10.861, que institui o SINAES, são eles:

- Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional
 - Dimensão 8: Planejamento e Avaliação;
- Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional
 - Dimensão 1: Missão e Plano de desenvolvimento Institucional;
 - Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição;
- Eixo 3 - Políticas Acadêmicas
 - Dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e extensão;
 - Dimensão 4: comunicação com a Sociedade;
 - Dimensão 9: Política de atendimento ao discentes;
- Eixo 4 - Políticas de Gestão
 - Dimensão 5: Políticas de Pessoal;
 - Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição;
 - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira;



- Eixo 5 - Infraestrutura Física
 - Dimensão 7: Infraestrutura Física.

Essa organização em eixos foi pensada e reestruturada para atender aos quesitos avaliados pelo SINAES na Avaliação Externa.

A Avaliação Externa é pautada conforme Parágrafo único, Art. 2º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, pelo respeito à abrangência e na flexibilização, de modo a garantir, no processo avaliativo, uma avaliação das condições de oferta das instituições de educação superior e a qualidade como referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, mantendo a concepção do instrumento como matricial, que considera as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, com foco no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos processos de Avaliação Institucional (interna e externa).

No caso do IFMS, por ser uma Instituição de Ensino federal, essa avaliação é realizada no momento do reconhecimento e renovação do reconhecimento:

→ **Para reconhecimento:** Quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento. É feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores do BASis, por dois dias. São avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.



→ **Para renovação de reconhecimento:** Essa avaliação é feita de acordo com o Ciclo do Sinaes, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias. Os cursos que não fazem ENADE, obrigatoriamente terão visita *in loco* para este ato autorizado.

O instrumento avaliativo é organizado da seguinte maneira:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3– Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.



Após os avaliadores analisarem todos os eixos, uma nota é atribuída a cada um.

Quadro 2 Conceitos de avaliação

Conceito	Descrição
1	Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS.
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE.
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE.
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE.

Ao final, um relatório é elaborado e uma nota classificatória é atribuída ao curso da Instituição, homologando ou não o seu reconhecimento.

Além da autoavaliação e da Avaliação Externa, são realizadas a Avaliação de Desempenho e a Avaliação Docente pelo Discente. Na Avaliação de Desempenho, os servidores são avaliados por sua respectiva chefia e as chefias também são avaliadas pelos servidores. No caso dos docentes, também há a



avaliação docente pelo discente, através da qual os estudantes avaliam seus professores quanto a diferentes aspectos relacionados, exclusivamente, à prática docente. A avaliação de desempenho tem como objetivo, além de possibilitar o *feedback* entre servidor e chefia, a progressão funcional dos servidores.

Os resultados da Avaliação de Desempenho realizada pela chefia, em particular, com cada servidor e do servidor em relação à chefia, são mantidos em sigilo junto à pasta funcional, sendo os resultados observados fundamentais para a efetivação dos servidores após o cumprimento do estágio probatório. A avaliação do docente pelo discente é realizada no IFMS ao final de cada semestre letivo, e, a seguir, são apresentados os resultados observados em todas as turmas avaliadas em todos os *campi*.

Os resultados observados na avaliação do docente pelo discente são avaliados pelo Pedagogo lotado no Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional e repassados, em particular, ao docente. Os resultados permitem a reflexão das práticas adotadas com base no desempenho individual obtido, além da análise dos comentários postados pelos discentes. Tais resultados têm sido utilizados pela Pró-Reitoria de Ensino e Pós-Graduação para a definição de estratégias que possam contribuir para a obtenção de melhores resultados nos itens onde os menores percentuais de desempenho médio foram observados. Nos dez *campi* do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) trabalhará na implementação de um sistema global de autoavaliação que contemple não somente aspectos relacionados ao desempenho dos servidores, mas sim, em nível de organização como um todo.



Ainda, visando dar continuidade aos processos de avaliação institucional, serão realizadas reuniões pedagógicas, administrativas e estudantis nas diferentes esferas Conselhos, buscando o constante aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e discussão de resultados. Também a CPA terá atuação importante nesse acompanhamento. Os relatórios e os resultados servirão de referência para a atualização do PDI e embasamento nos processos de gestão administrativa e de ensino, pesquisa e extensão, em todas as modalidades de ensino ofertadas no IFMS.

4.17 Políticas de atendimento aos estudantes

A política de atendimento aos estudantes do IFMS *campus* Dourados está sustentado em dois pilares a saber: na Política de Assistência Estudantil e no Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (PEIPEE).

A Política de Assistência Estudantil adotada está em consonância com o Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, e com a Política de Assistência Estudantil do IFMS, conforme já citado no item 4.11.

Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (PEIPEE), foi elaborado em 2016 por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) que em 2015 constatou altos índices de evasão e retenção na Rede Federal de Ensino recomendando elaboração de estratégias para solucionar esse problema. Embora



ainda não tenhamos um diagnóstico, devido a recém criação do *campus*, medidas já estão sendo tomadas para tentar minimizar esses indicadores.

No *Campus* de Dourados várias ações estão sendo realizadas no âmbito do PEIPEE dentre elas citamos o Programa de Língua de Portuguesa Integrada, Programa de Matemática Integrada, Horário de permanência e projetos interdisciplinares.

O Programa de Língua de Portuguesa Integrada e o Programa de Matemática Integrada consiste em diagnosticar alunos com déficit em conteúdos específicos e que já deveriam saber. Feito o diagnóstico é oferecido aos alunos acompanhamento junto com um (a) docente no contra turno das aulas. Nesse programa os alunos não estudam os conteúdos das aulas regulares e sim conteúdos que apresentaram dificuldade.

O Horário de Permanência, é um programa de apoio pedagógico, que estimula a permanência dos discentes no contra turno com monitoria do docente que ministra a disciplina. Os (as) docentes têm horários de atendimentos aos alunos do curso técnico integrado ao ensino médio, onde são auxiliados nos conteúdos que estão tendo contato nas aulas regulares, sendo possível fazer a intervenção imediatamente, possibilitando ao aluno aprendizagem efetiva.

Quanto aos projetos interdisciplinares, para além dos saberes científicos desenvolvidos, são oportunidades de interação entre os estudantes e entre estudantes e professores. Por meio desses projetos os alunos são assistidos e sentem-se pertencentes a instituição e capazes de realizar atividades que julgavam complexas.



Além das ações mencionadas acima, o *campus* de Dourados por meio do planejamento institucional promove ações de inserção dos discentes em programas de iniciação científica e de extensão, intensificando diálogos com órgãos de fomento para implementação de bolsas, bem como o fomento interno às ações de pesquisa e extensão por meio de edital.

Em relação à organização estudantil, podemos citar a possibilidade de existência dos grêmios e centros acadêmicos, que são espaços para participação nos processos decisórios e convivência dos estudantes.

As ações de atendimento aos estudantes desenvolvidas no âmbito do *Campus* de Dourados está em consonância com os documentos institucionais e visa acompanhamento individual e coletivo dos estudantes, bem como criar sentimento de pertencimento a instituição e acolhimento, contribuindo para sua permanência o sucesso.

4.18 Políticas de Acompanhamento de Egressos

O atendimento de orientação profissional é prestado aos egressos que se dirigem aos *campi* pela Coordenação de Extensão e Relações Institucionais (Coeri).

O acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a formação continuada, a retroalimentação do currículo escolar e também



para que o IFMS possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho, na avaliação contínua da prática pedagógica do curso.

Desse modo, acredita-se que o acompanhamento de egressos poderá revelar dois pontos fundamentais: a) qual o impacto nas condições de trabalho e renda dos egressos; b) como o estudante avalia a sua formação e qual as suas expectativas de formação continuada. Assim, espera-se constituir em uma ferramenta e uma fonte de dados para a avaliação institucional do IFMS.

Para o acompanhamento dos egressos no IFMS serão adotadas as seguintes medidas:

- cadastro do egresso e de seu currículo no banco de dados da instituição;
- envio ao endereço eletrônico do egresso, com periodicidade, de informes de atualização e capacitação profissional;
- desenvolver formulário com questionário aplicado aos egressos avaliando o curso realizado e diagnosticando as principais dificuldades enfrentadas por estes no mundo do trabalho;
- cadastro atualizado das empresas parceiras e dos estudantes que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho, possibilitando o acompanhamento dos egressos.



4.19 Estrutura Organizacional e Infraestrutura Física

A equipe de gestão do *Campus* Dourados está sendo estruturada concomitantemente à chegada de novos servidores e ao aumento das demandas administrativas e pedagógicas.

Até o final do ano de 2016 estão previstos o início das atividades da Coordenação de Administração da Sede (COADS) e a Coordenação de Planejamento e Orçamento (COPOR) ambas ligadas à DIRAD.

A estrutura organizacional do IFMS é representada graficamente por organogramas, os quais são discutidos no Colégio de Dirigentes e apresentados aos membros do Conselho Superior.

Saiba como está planejado o crescimento da instituição acessando:
<http://www.ifms.edu.br/leftsidebar/ifms/organogramas>

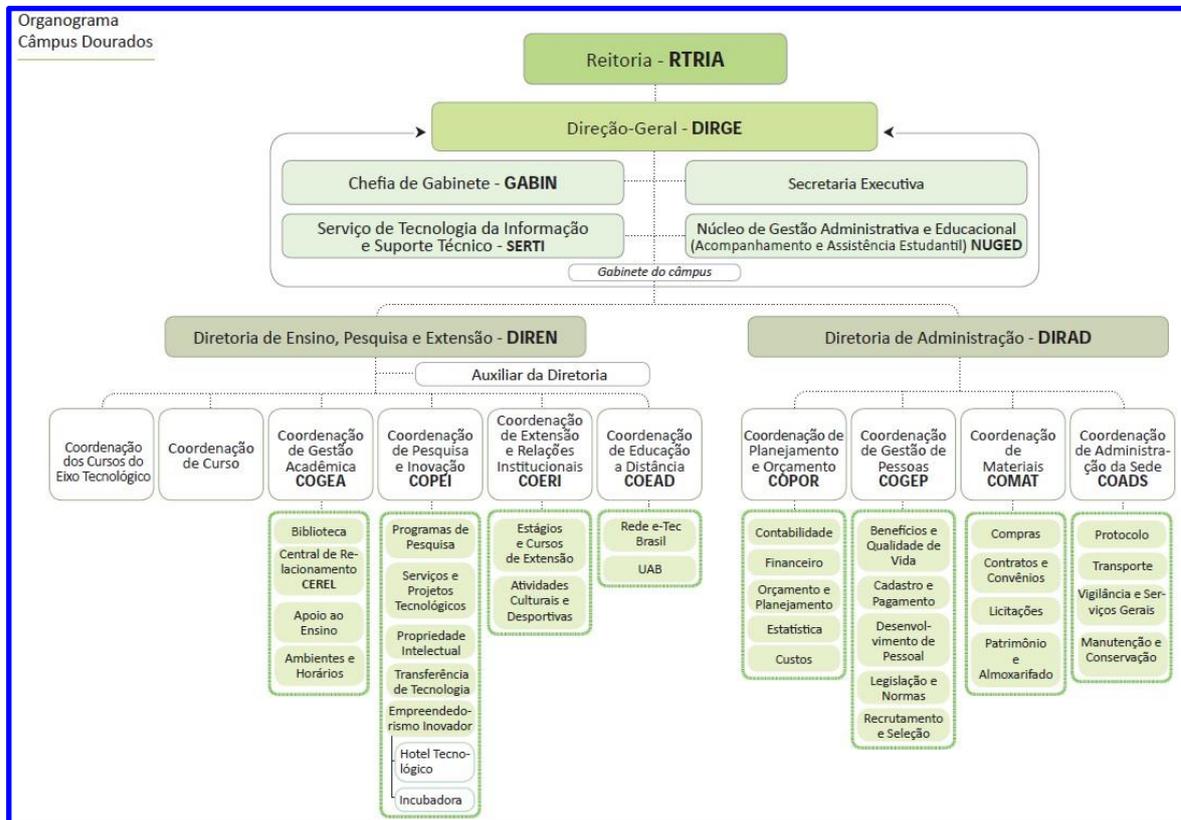


figura 07 organograma do *campus*

Com a expansão e desenvolvimento do *campus* serão necessárias algumas alterações no organograma como a criação de novas coordenações para cuidar de almoxarifado, patrimônio e desenvolvimento institucional do *campus*.

Em relação à estrutura física, o *Campus Dourados*, após a mudança para a sede definitiva ocorrida em 15 de fevereiro de 2016, apresenta os seguintes espaços:



QUADROS 3 a 6: Estrutura Física do *Campus* Dourados

Bloco A		
Ambiente	Quantidade	M ²
CEREL	01	68,14
Cantina	01	33,90
Salas de Aula	02	137,80
Biblioteca	01	100,34
Salas Administrativas	09	285,01
Copa	01	14,01
Sanitários	06	38,58

Quadro 4



Quadro de áreas (m ²)	
Área construída do piso térreo	666,22
Área construída do piso superior	666,22
Área construída da caixa de água + central de quadros de energia	213,64
Área total	1546,08

Quadro 5

Bloco B		
Ambiente	Quantidade	M ²



Salas Administrativas	02	49,75
Laboratórios de Ensino de Ciências	02	137,80
Salas de Aula	04	275,60
Laboratórios de Informática	03	202,94
Sanitários	06	38,58

Quadro 6

Quadro de áreas (m ²)	
Área construída do piso térreo	666,22
Área construída do piso superior	666,22
Área construída da caixa de água + central de quadros de energia	213,64
Área total	1546,08

QUADRO DE ÁREAS - RESUMO (m ²)	
Área (subtotal - Bloco A + Bloco B)	3092,16
Quadra Poliesportiva	1356,20
Guarita	88,00
Área (Blocos A, B + Quadra + Guarita)	4536,40



4.20 Referências

Site do IBGE, acessado em 24/04/2016;

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500370&search=mato-grosso-do-sul|dourados>

Site do Ministério do Trabalho e Emprego, acessado em 26/04/2016;

<http://www.mtpps.gov.br>

Site do Wikipédia, acessado em 23/06/2016

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Dourados>

Site da Prefeitura Municipal de Dourados MS, acessado em 25/05/2016

<http://www.dourados.ms.gov.br/>

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento. In: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Campo Grande, 2015.



4.21 Apêndice

A constituição de 1988, em seu art. 6º, dispõe entre os direitos sociais a educação e o trabalho. A leitura dos Princípios Fundamentais (art. 1º) e do dispositivo para a Educação (art. 205) demonstra a clara orientação dos objetivos educacionais para o alcance da cidadania e da dignidade da pessoa humana. O texto explica a educação como direito de todos visando, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 25). Tal determinação é novamente explicitada no art. 2º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Decorre de tais determinações legais a compreensão de que as ofertas educacionais devem assumir a formação do indivíduo como um todo, em sua integridade.

No caso específico de jovens e adultos que em suas histórias de vida tiveram seus direitos sociais negados, sem acesso a processos educacionais formais ou com trajetórias interrompidas, a oportunização de ofertas educacionais que integrem a educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos é uma questão de direito a ser garantido pelo estado brasileiro. Ao mesmo tempo trata-se de estratégia vital para a garantia de continuidade do desenvolvimento do país tendo como horizonte a geração de riquezas, a diminuição das desigualdades sociais, e a construção da autonomia dos cidadãos e da soberania da nação (PNE, p.66).

As rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos exigem a formação de um novo trabalhador sintonizado com a complexidade que apresenta a realidade atual. Nessa perspectiva a educação profissional e tecnológica aponta para a possibilidade de mudança na concepção



de processos de formação para o trabalho que, sem diminuir a importância da articulação entre a educação profissional e o mundo da produção e do trabalho, sugiram a localização das políticas da educação profissional e tecnológica para além de objetivos estritamente econômicos que visem simplesmente a instrumentalizar o trabalhador. Isto implica no desenvolvimento de uma Educação Profissional e Tecnológica que incorpore elementos inseridos no âmbito das relações sociais na perspectiva de formação de um trabalhador capaz de se tornar um agente político, capaz de compreender a realidade e ultrapassar os obstáculos que a ela apresenta; de pensar e agir em prol das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um país menos desigual e mais justo (PNE, p.70).

Sob o ponto de vista desta concepção, as atuais políticas afirmam a importância do desenvolvimento de uma Educação Profissional e Tecnológica pautada na contextualização dos conhecimentos e na transposição dos mesmos, mediante a argumentação teórica, que, aliada a vivência e a prática, inserem esta modalidade para além do compromisso com a formação de qualidade. Dessa forma, esta é estabelecida como lugar privilegiado para a investigação científica, produção e desenvolvimento para novas tecnologias traduzidas aqui pela oferta de cursos técnicos com qualidade, no nível médio de ensino (PNE, p.71).

Em 2009 a Rede Federal de educação Profissional e Tecnológica completou 100 anos de existência. De 1909 a 2002 foram constituídas 140 unidades de ensino. As fases 1 e 2 do Plano de Expansão da Rede Federal implementada em 2005 e 2007, respectivamente, permitiram que esse quantitativo fosse mais que



duplicado em apenas cinco anos, levando a Rede Federal uma composição atual de 354 unidades (PNE, p.72).

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS E DE CADA UM DE SEUS CURSOS¹

A Continuidade do processo de implantação/expansão do *Campus* Dourados necessita a criação/disponibilização de espaços específicos ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão que materializam-se por meio da ampliação do número de salas de aula, laboratórios, espaços de vivência entre outros.

Neste sentido apresentamos a seguir uma projeção de implementação de novos ambientes no *campus* até 2018:

¹ A efetivação dos cursos técnicos e superior está condicionada a compra de equipamentos e investimentos em infraestrutura e pessoal.



Quadro 8 Cronograma de expansão

Ambiente \ Ano	2016	2017	2018***
Salas de Aula	06	06	24
Salas Administrativas	11	11	20
Biblioteca	01*	01*	01**
Cantina	01	01	01
Refeitório	0	0	01
Área de exposição	0	0	01
Auditório	0	0	02
Laboratórios de Ensino de Ciências	02	02	04
Laboratórios de Informática	02	03	06
Laboratórios do Segundo Eixo de Ensino	0	0	04

* Provisória com 100,34m²

** Definitiva no Bloco C com 504,02m²

*** A partir da construção do Bloco C

As previsões de abertura de novas turmas e cursos no *Campus* Dourados levaram ao planejamento da construção de um terceiro Bloco, projetado para o atendimento das demandas administrativas e pedagógicas de pelo menos cinco anos de expansão das atividades.

Conforme Figuras 07 a 11, o Bloco C poderá atender simultaneamente mais de 1000 estudantes em 24 salas de aula, sete laboratórios, biblioteca, espaços de vivência, refeitório, posto de atendimento médico, anfiteatro, sala de reuniões e eventos.

Para construção deste Bloco, a gestão do *Campus* Dourados trabalhará durante o ano de 2016 na viabilização de um orçamento específico para obra. A



estimativa é que o prédio custe cerca de R\$ 7 milhões e leve entre 12 e 18 meses para ser concluído.

Figura 08 - Planta baixa do pavimento Térreo do Bloco C

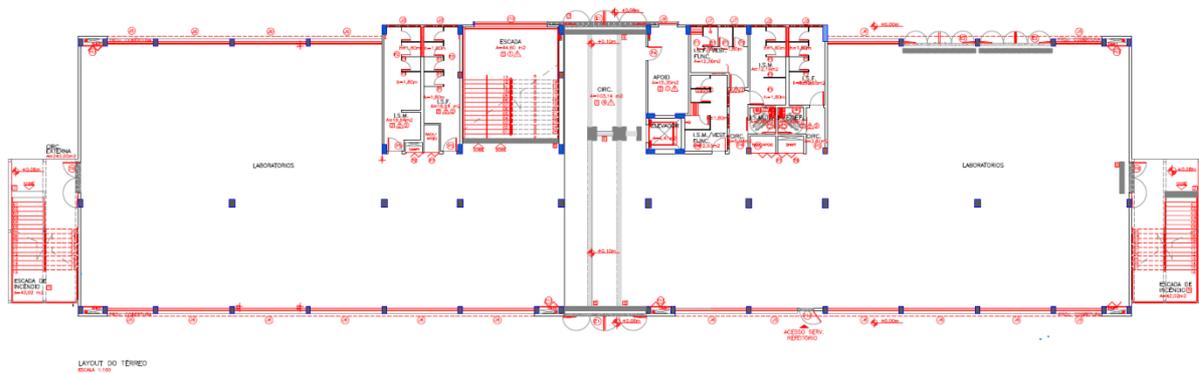


Figura 09 - Planta baixa do 1º pavimento do Bloco C

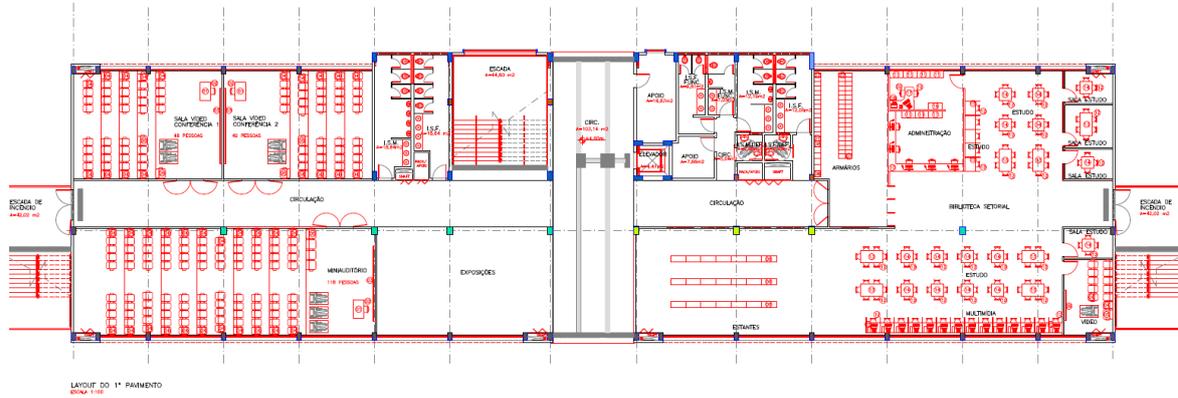


Figura 10 - Planta baixa do 2º pavimento do Bloco C



Figura 11 - Planta baixa do 3º pavimento do Bloco C



Figura 12 - Projeção da fachada do Bloco C





Quadro 9 Previsão de expansão da Infraestrutura física com a construção do bloco C

Descrição das necessidades de expansão da Infraestrutura	Quantidade	Área (M ²)		Atual	2017	2018
Salas de aula	10x6	1800		6		30
Salas de setores Administrativos	6x6,5	480		12		12
Copa	4x4	16		1		2
Cantina	4x5	20		Prov		1
Biblioteca	20x30	600		Prov		1
Refeitório	15x20	300		--		1
Auditorio	20x30	600		--		1
Passarela coberta entre blocos	20x3	60		--		2



Cobertura para quadra	25x50	1250			--		1
Vestiários	10x5	50			--		4
Espaço multi uso	20x50	1000			--		1
Area de convivencia com mesas e bancos de concreto	30x70	2100			--		1
Banheiros	10x3	30			12		12
Laboratório de ensino de ciencias	10x6	60			2		4

Laboratórios de informática	10x6	60					4
Laboratórios para atender segundo eixo	10x6	60					4
Sala para coordenações de curso	4x4	14					6
Estacionamento colçado externo para 80 veiculos	24x100	3600					1
Asfalto na entrada de acesso	250x6	1500					1



Cobertura para veiculos oficiais	12x5	50					1
Almoxarifado	20x50	1000					1
Climatização – todo câmpus – instalações e equipamento							1
Central de video monitoramento com cameras de segurança							1
Plataformas de elevação							3

Biblioteca

A biblioteca do IFMS *Campus Dourados* encontra-se em fase de implantação e desenvolvimento, tornando necessária sua estruturação a fim de atender de forma satisfatória seus usuários, suprimindo suas necessidades informacionais, respaldando-os em suas pesquisas. Nesse sentido, torna-se necessária a construção de um ambiente que contemple as demandas de espaço



Quadro 10 Expansão da biblioteca

CRONOGRAMA			
	2016	2017	2018
Software	Automatização da biblioteca. (utilização do sistema Pergamum para circulação do acervo e gestão setorial)		
Sistema de Segurança (RFid)		Compra e instalação (segurança do patrimônio)	
Formação e desenvolvimento do acervo*	250 livros	2000 livros	2750 livros
Instalação de cortinas	Segundo semestre (visando preservação do acervo, visto que há		



	incidência direta de luz solar)		
Jornais	2	5	7
Periódicos científicos	Acesso ao Periódico Capes já existente, disponibilização de computadores para pesquisa local.		
Computadores para pesquisa			
Mobiliário			
*Estimativa feita levando em consideração o curso médio integrado e a abertura de curso superior no ano de 2017.			

A implantação do *Campus* Dourados do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul deu-se no segundo semestre de 2014, com a oferta do Curso Técnico Subsequente em Agente Comunitário de Saúde na modalidade a distância, Curso de Formação Inicial e Continuada em Operador de Computador, além do curso de Inglês pelo e-Tec Idiomas.



O eixo de Informação e Comunicação foi escolhido para iniciar a implantação do *campus* por haver demanda na cidade e região de cursos nesta temática, além de exigir menores recursos e instalações, sendo necessários 2 laboratórios com 40 computadores.



Quadro 11. Programação de oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada

Nome do curso	Forma	Modalidade	Turno de Funcionamento	Vagas	Local de funcionamento	Ano previsto para início
Operador de Computador	FIC	Presencial	Noturno	40	Sede provisória	2014/2
Desenhista de Produtos Gráficos Web	FIC	Presencial	Noturno	40	Sede provisória	2015/1
Operador de Computador	FIC	Presencial	Noturno	40	Sede provisória	2015/1
Básico de Língua Inglesa	FIC	EaD	Noturno	50	Sede provisória	2015/1
Básico de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	Sede Provisória	2015/2
Básico de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	Sede Provisória	2015/2



Operador de Computador	FIC	Presencial	Noturno	40	Sede Provisória	2015/2
Conductor Cultural Local	FIC	Presencial	Noturno	40	Sede Provisória	2015/2
Desenhista de Produtos Gráficos Web	FIC	Presencial	Noturno	40	Sede Provisória	2015/2
Auxiliar Administrativo	FIC	Presencial	Noturno	80	Sede Provisória	2015/2
Básico de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	Campus Dourados	2016/1
Básico de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	Campus Dourados	2016/1
Operador de Computador	FIC	Presencial	Noturno	40	Campus Dourados	2016/1
Conductor Cultural Local	FIC	Presencial	Noturno	40	Campus Dourados	2016/1



Auxiliar Administrativo	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2016/1
Intermediário de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2016/2
Intermediário de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2016/2
Operador de Computador	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2016/2
Condutor Cultural Local	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2016/2
Auxiliar Administrativo	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2016/2
Básico de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Básico de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2017/1



Operador de Computador	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Conductor Cultural Local	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Auxiliar Administrativo	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Intermediário de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2017/2
Intermediário de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2017/2
Operador de Computador	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/2
Conductor Cultural Local	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/2
Auxiliar Administrativo	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/2



Básico de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2018/1
Básico de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2018/1
Operador de Computador	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/1
Condutor Cultural Local	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/1
Auxiliar Administrativo	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/1
Intermediário de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2018/2
Intermediário de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2018/2
Operador de Computador	FIC	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/2



Condutor Cultural Local	FIC	Presencial	Noturno	40	Campus Dourados	2018/2
Auxiliar Administrativo	FIC	Presencial	Noturno	40	Campus Dourados	2018/2



Quadro 12. Programação de oferta de Cursos Técnicos Presenciais e EaD

Nome do curso	Forma	Modalidade	Turno de Funcionamento	Vagas	Local de funcionamento	Ano previsto para início
Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	EaD	Noturno	40	Pólo Menodora Fialho de Figueiredo	2014/2
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	Sede provisória	2015/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Sede provisória	2015/1
Informática para internet	Integrado	Presencial	Matutino	80	<i>Campus</i> Dourados	2016/1
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2016/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Rio	2016/1



	e				Brilhante	
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Fátima do Sul	2016/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Maracajú	2016/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2016/1
Informática para internet	Integrado	Presencial	Vespertino	40	<i>Campus</i> Dourados	2016/2
Informática para internet	Integrado	Presencial	Matutino	80	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Informática para internet	Integrado	Presencial	Vespertino	80	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Manutenção de Equipamentos	Integrado	Presencial	Vespertino	80	<i>Campus</i> Dourados	2017/1



Pesados						
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Rio Brilhante	2017/1
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Fátima do Sul	2017/1
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Maracajú	2017/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dou rados	2017/1
Informática para internet	Integrado	Presencial	Vespertino	80	<i>Campus</i> Dourados	2018/1
Informática para internet	Integrado	Presencial	Matutino	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/1
Manutenção	Integrado	Presencial	Vespertino	80	<i>Campus</i>	2018/1



de Equipamentos Pesados					Dourados	
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Rio Brillhante	2018/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Fátima do Sul	2018/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Maracajú	2018/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/1



Quadro 13. Programação de oferta de Cursos de Graduação e Pós-Graduação

Nome do curso	Modalidade	Turno de Funcionamento	Vagas	Local de funcionamento	Ano previsto para início
Jogos Digitais	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Tecnologia em Gestão Pública	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/2
Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Lato sensu)	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Jogos Digitais	Presencial	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/1

6. REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO *CAMPUS*

Os regulamentos didático-pedagógicos do *campus* seguem os regulamentos gerais do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, tanto para cursos técnicos



integrados, graduação quanto para técnicos subsequentes (disponível no site: <http://www.ifms.edu.br/leftsidebar/ifms/documentos-institucionais/regulamentos/>).

Os cursos do IFMS, *Campus* Dourados, são organizados de acordo com a demanda social/regional. Em sede provisória, oferecemos cursos no período vespertino e noturno, em virtude da disponibilidade da sede provisória.



7. PERFIL DO CORPO SOCIAL

7.1 Corpo Docente

O corpo efetivo de docentes do *Campus* Dourados é constituído por professores da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Requisitos de Titulação

Os requisitos de titulação para a admissão de docentes para o quadro efetivo são definidos nos editais de concurso público e possuem regras estabelecidas em lei para a titulação exigida de acordo com o nível da carreira docente.

Para a Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, exige-se que o docente possua graduação em áreas/subáreas específicas.

→ Experiência do Corpo Docente

A experiência do corpo docentes é apresentada conforme a descrição a seguir.

Experiência no Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e no Magistério Superior: A experiência acadêmica, como professor no Magistério do



Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e no Magistério Superior, é pontuada na prova de títulos, numa das etapas do concurso público para ingresso no IFMS.

Após o ingresso na Instituição, a experiência continua sendo valorizada na avaliação do docente, pontuando especificamente nos critérios acadêmicos (formação e atualização continuada), pedagógicos e na produção institucional, decorrente de experiências com a orientação de estudantes, entre outras atividades.

Experiência Profissional Não Acadêmica: A experiência não acadêmica, desde que vinculada à atividade profissional na área do concurso, é pontuada na prova de títulos do concurso público para ingresso no IFMS.

→ Procedimentos para Substituição Eventual de Docentes

A substituição temporária de professores efetivos é feita por meio de professores substitutos. A Lei nº 8.745/93 disciplina as hipóteses de contratação eventual, sendo que o contrato pode ter vigência máxima de dois anos. A seleção é regulamentada por edital público, constituindo-se em avaliar os candidatos por meio de prova escrita e prova de desempenho didático.

A seguir é apresentado o quadro de docentes do *Campus Dourados*.

QUADRO 14: Perfil do corpo social Docentes



DOCENTE	ÁREA DE FORMAÇÃO	TITULAÇÃO
Bruno Torquato Silva Ferreira	História	Doutorado
Carlos Vinícius da Silva Figueiredo	Letras/Inglês	Mestrado
Carmem Silvia Moretzsohn Rocha	Ciências Sociais	Doutorado
Cleide Monteiro Gonçalves De Abreu	Letras	Mestrado
Cleiton ZoiaMunchow	Filosofia	Mestrado
Emerson Brandão da Silva	Análise de Sistemas	Especialização
Evandro Luís Souza Falleiros	Ciência da Computação	Mestrado
Florisvaldo De Oliveira Rocha	Matemática	Mestrado
Jair Brito Da Costa	Educação Física	Especialização



José Wilton Fonseca da Silva	Administração	Especialização
Karina Kristiane Vicelli	Letras	Mestrado
Larissa Cristina Brandão Cardoso	Geografia	Mestrado
Ligia Karina Meneghetti	Artes	Mestrado
Nátalli Macedo Rodrigues Falleiros	Análise de Sistemas	Mestrado
Rafael Mendonça dos Santos	Física	Mestrado
Raysa Luana Da Silva	Letras/Espanhol	Mestrado
Sergio Ricardo Ribas Sass	T. Processamento de Dados	Mestrado
Sonivaldo Ruzzene Beltrame	Matemática	Especialização
Valdomiro Antonio de Oliveira Lima	Geografia	Graduação
Vanessa Mayumi Fukuy Kataoka	Química	Mestrado



7.2 Técnicos Administrativos

Os técnico-administrativos do IFMS são integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Conforme o Art. 8º da Lei 11.901, de 12 de janeiro de 2005, os TAEs possuem como atribuições gerais, de acordo com o ambiente organizacional, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações: planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino, à pesquisa e à extensão; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros disponíveis, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A seguir é apresentado o quadro de TAEs lotados do *Campus* Dourados.

QUADRO 15: Perfil do corpo social Técnicos-Administrativos

TAE's	ÁREA
Adacir Luiz Lourenço Moraes	Assistente em Administração
Alexandra Lara de Souza	Secretaria Executiva



Ariana Trajano de Oliveira	Assistente Social
Carla Renata Capilé Silva	Psicóloga
Carlos Aparecido de Almeida	Administrador
Danilo Sanches Dantas	Assistente em Administração
Eleane Costa dos Reis	Assistente de Alunos
FranciellePriscylaPott	Pedagoga
Isnael de Camargo Dias	Auxiliar em Administração
Jaqueline Noschang de Castro	Assistente em Administração
Janaina Mara Pacco Mendes	Assistente em Administração
Jessica Evangelista de Souza	Auxiliar em Administração
Joanne Romão de Oliveira	Assistente em Administração
Líncio Júnior Assunção Nogueira	Assistente em Administração



Marcel Goncalves de Almeida	Contador
Marinez de Carvalho Campos	Auxiliar em Administração
Marlon Glauber Marinho	Técnico em Audiovisual
Paulo Sergio Bajarunas Ramos	Assistente em Administração
Simone Estigarribia de Lima	Pedagoga
Reginaldo da Silva Canhete	Enfermeiro
Roberta Ferreira de Souza	Assistente de Alunos
Sedenir Marcos Deparis	Assistente em Administração
Thiago Almeida da Silva	Assistente em Administração

A seguir são apresentados, respectivamente, os quadros com as vagas preenchidas em edital de remoção interno e a listagem de servidores que devem ser contratados através de concurso público.



QUADRO 16: Vagas preenchidas em edital de remoção interno.

ÁREA	NÚMERO DE VAGAS
Secretaria Executiva	1
Assistente Social	1
Psicóloga	1
Administrador	1
Assistente de Alunos	2
Pedagoga	1
Auxiliar em Administração	3
Assistente em Administração	5
Contador	1
Técnico em Audiovisual	1



Enfermeiro	1
Técnico de Laboratório	1



QUADRO 17: Servidores Técnicos que devem ser contratados através de concurso público ou edital de remoção

ÁREA	PREVISÃO 2016	PREVISÃO 2017	PREVISÃO2 018
Analista de Sistemas	1	-	-
Assistente de Aluno	-	-	1
Assistente em Administração	-	1	-
Auxiliar de biblioteca	1	-	-
Bibliotecário	1	-	-
Técnico em Assuntos Educacionais	-	1	1
Técnico em Laboratório de Informática	1	1	-
Técnico em Tecnologia da Informação	1	1	-
Tecnólogo Formação/ Gestão Pública	1	-	-
Tradutor e Intérprete – Linguagem de Sinais	1	-	



QUADRO 18: Servidores docentes que devem ser contratados através de concurso público ou edital de remoção

Área de atuação	Vagas ate 2018
Português/Espanhol	1
Matemática	1
Administração	1
Desenvolvimento/Desenvolvimento Web	3
Química	1
Biologia	1
Português	1
Desenvolvimento/Jogos Digitais	3
Física	1



8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO *CAMPUS*

A Administração Pública tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Apoiado nestes princípios, o IFMS implementa sua gestão administrativa a partir de uma estrutura organizacional que abraça o plano estratégico, as políticas, as diretrizes e o planejamento da instituição, definidos pela Reitoria, Pró-Reitorias e Direções dos *campus*, sempre com a anuência dos Conselhos especializados.

A implantação das decisões estabelecidas no nível estratégico, e que afetem diretamente os *campus*, está sob responsabilidade da Direção-Geral do *campus* e das suas Diretorias, assim como ao que tange ao operacional, à execução e ao acompanhamento das diretrizes da Instituição, e seguirão a hierarquia de acordo com o organograma de cada local. Com a chegada dos novos servidores, o *campus* tem implantado novas ferramentas de gestão, baseada na gestão por competências e gestão de riscos.

Professores, técnicos-administrativos e estudantes podem participar ativamente de órgãos específicos que, sendo consultivos ou deliberativos, propiciam maior transparência às ações a nível de *campus* e de reitoria.

Para o *Campus* Dourados foram implantados os órgãos Comissão Própria de Avaliação (CPA local), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Estão previstos ainda o Conselho de Assessoramento, Grêmios Estudantil, Núcleo Docente Estruturante (NDE de cada curso superior) e respectivo Colegiado de



Curso, Núcleos de Estudos em assuntos específicos, entre outros. Importante ressaltar que a participação como membro é dada por indicação ou por eleição, garantindo compartilhamento de ideias e responsabilidades entre o maior número possível de servidores, estudantes e representantes da sociedade civil organizada.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A biblioteca do *Campus* Dourados encontra-se em fase de desenvolvimento e expansão, sendo necessário a contínua aquisição de materiais para dar suporte ao ensino e pesquisas que são realizadas na instituição.

Quadro 19 Previsão de acervo

Formação e desenvolvimento do acervo*	250 livros	2000 livros	2750 livros
Jornais	2	5	7
Periódicos científicos	Acesso ao Periódico Capes, disponibilização de computadores para pesquisa local.		
*Estimativa feita levando em consideração o curso médio integrado e a abertura de curso superior no ano de 2017.			



O *Campus* Dourados mudou recentemente para a sede definitiva sua infraestrutura física é apresentada na Seção 4.19.

10. COM RELAÇÃO AOS LABORATÓRIOS: INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EXISTENTES E A SEREM ADQUIRIDOS

Em 2016/1, o *campus* conta com os seguintes equipamentos de laboratório de informática:

Quadro 20 – Equipamentos de laboratório do *Campus* Dourados

Equipamento	Período de aquisição
10 microcomputadores AOC	2015/1
10 microcomputadores HP	2015/1
35 Micorcomputadores HP Desktop	2016/1

Os equipamento de laboratório a serem adquiridos são listados a seguir:

Quadro 21 – Equipamentos de laboratório do *Campus* Dourados a serem adquiridos

Equipamento	Necessidade de aquisição para início em
40 microcomputadores HP All-in-one (especificar)	2016/2
Equipamentos para laboratório básico de física	2016/2
Equipamentos para laboratório básico de química	2016/2



Equipamentos para laboratório básico de biologia	2016/2
40 microcomputadores de alto desempenho com placa de vídeo dedicada	2016/2
Equipamentos para laboratório básico de mecânica e eletrotécnica	2017/2
Equipamentos para laboratório de metrologia	2017/2
Equipamentos para laboratório de hidráulica e pneumática	2017/2
Equipamentos para laboratório de soldagem	2017/2
Equipamentos para laboratório de lubrificação	2017/2
Equipamentos para usinagem	2017/2
Equipamentos para sala de desenho	2017/2

11 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

O IFMS possui como meta a criação de regulação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos *campi*, aquisição de mais equipamentos específicos para acessibilidade, aquisição de



materiais didáticos (software), elaboração, adequação e reprodução de material pedagógico de orientação para estudantes com necessidades educacionais específicas e a formação para acessibilidade aos servidores do quadro e à comunidade acadêmica.

No que tange à estrutura física, todos foram projetados em observância ao Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.098/00 e nº 10.436/02, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impulsionando uma política nacional de acessibilidade.

Quanto ao atendimento especializado, estima-se contar com a atuação de profissionais efetivos com formação específica na Língua Brasileira de Sinais, Libras, tais como docentes e tradutores e intérpretes.

12 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, SUA ABRANGÊNCIA E POLO DE APOIO PRESENCIAL

O IFMS - *Campus* Dourados iniciou sua oferta de ensino à distância em agosto de 2014 com o Curso Técnico Subsequente em Agente Comunitário de Saúde.

Quanto a sua abrangência, o *Campus* Dourados EAD será composto por 11 (onze) polos de apoio presencial, distribuídos em 11 (onze) municípios, tendo como sede o município de Dourados e os demais polos nos municípios de Caarapó, Deodápolis Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Maracaju, Rio Brilhante, Vicentina.



Atualmente o *campus* conta com a oferta dos Cursos Técnicos Subsequentes em Agente Comunitário de Saúde, Administração e Serviços Públicos.

Quadro 22 Programação de oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada EaD

Nome do curso	Forma	Modalidade	Turno de Funcionamento	Vagas	Local de funcionamento	Ano previsto para início
Básico de Língua Inglesa	FIC	EaD	Noturno	50	Sede provisória	2015/1
Básico de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	Sede Provisória	2015/2
Básico de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	Sede Provisória	2015/2
Básico de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2016/1
Básico de Língua	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i>	2016/1



Espanhola					Dourados	
Intermediário de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2016/2
Intermediário de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2016/2
Básico de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Básico de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Intermediário de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2017/2
Intermediário de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2017/2
Básico de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	<i>Campus</i> Dourados	2018/1



Básico de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	Campus Dourados	2018/1
Intermediário de Língua Inglesa	FIC	Ead	Noturno	25	Campus Dourados	2018/2
Intermediário de Língua Espanhola	FIC	Ead	Noturno	25	Campus Dourados	2018/2

Quadro 23 Programação de oferta de Cursos Técnicos Subsequentes EaD

Nome do curso	Forma	Modalidade	Turno de Funcionamento	Vagas	Local de funcionamento	Ano previsto para início
Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	Ead	Noturno	40	PóloMendoza Fialho de Figueiredo	2014/2
Serviços	Subsequente	EaD	Noturno	40	Sede	2015/1



Públicos					provisória	
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Sede provisória	2015/1
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2016/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Rio Brillhante	2016/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Fátima do Sul	2016/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Maracajú	2016/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2016/1
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/1



Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Rio Brilhante	2017/1
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Fátima do Sul	2017/1
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Maracajú	2017/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/1
Serviços Públicos	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Rio Brilhante	2018/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo Fátima do Sul	2018/1
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	Polo	2018/1



					Maracajú	
Administração	Subsequente	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2018/1

Quadro 24 Programação de oferta de Cursos de Graduação EaD

Tecnologia em Gestão Pública	EaD	Noturno	40	<i>Campus</i> Dourados	2017/2
---------------------------------	-----	---------	----	---------------------------	--------

13 OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO

O *Campus* Dourados, por estar em processo de implantação, ainda não conta com infraestrutura física, administrativa e quadro de servidores para a oferta de cursos de mestrado e doutorado no período de vigência deste PDC. Contudo, a partir do momento que o *campus* atender as demandas de ensino técnico e formação de docentes, iniciará suas ações na pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.



14 AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS

No IFMS, a autoavaliação institucional teve início no ano de 2013, com a instauração da Comissão Própria de Avaliação (CPA) Central. No mês de abril de 2014, foi aprovado o regulamento da CPA, com isso, iniciou a implantação das CPAs locais nos *campi*. A CPA é um órgão colegiado, formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica, e tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Em Dourados a CPA local foi empossada por meio da portaria interna nº 09 de 16 de Setembro de 2015. Seus membros foram escolhidos mediante votação da equipe de servidores, e está assim organizada:

Quadro nº 25 Composição da CPA local:

TITULARES			
SERVIDOR	CATEGORIA	SIAPE	FUNÇÃO
Sergio Ricardo Ribas Sass	Professor EBTT	1318563	Presidente
Líncio Junior Assunção	Técnico Administrativo	1761097	Vice-



Nogueira			presidente
Fabiana Souza de Oliveira Assunção	Discente – FIC auxiliar administrativo	(RA) 58/2015	Membro
Nei Elias Coineth	Representante da Escola Estadual Presidente Vargas	_____	Membro
SUPLENTES			
SERVIDOR	CATEGORIA	SIAPE	FUNÇÃO
Nátalli Macedo Rodrigues Falleiros	Professor EBTT	1761401	Membro
Janaína Mara Pacco Mendes	Técnico Administrativo	1846485	Membro
Silvia Regina do Nascimento Salgueiro	Discente - Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde-	(RA) 294/2015	Membro



	Ead		
--	-----	--	--

Para o ano de 2016, uma nova portaria será publicada para a inserção de estudantes dos cursos técnicos, uma vez que os estudantes ora membros da comissão estavam matriculados em cursos FIC, ou seja, de curta duração.

A CPA local tem atuação importante no acompanhamento e desenvolvimento do *campus*. Os relatórios e os resultados servem de referência para a atualização do PDC e PDI e embasamento dos processos de gestão administrativa e de ensino, pesquisa e extensão, em todas as modalidades de ensino ofertadas no IFMS.

Ainda, visando dar continuidade aos processos de avaliação institucional, são realizadas reuniões pedagógicas, administrativas e estudantis nas diferentes esferas Conselhos, buscando o constante aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e discussão de resultados.

No *Campus* Dourados, o monitoramento do cumprimento das metas do PDC é feito mediante o acompanhamento das ações descritas no plano de ação específico, que é realizado anualmente, e conta também com reuniões de avaliação e ajustes de metas a cada semestre. Esses ajustes são necessários para adequações orçamentárias e adaptações à realidade e desenvolvimento do *campus*.



15. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

15.1 Composição da matriz orçamentária

Os recursos que fazem parte do Orçamento do IFMS são provenientes das várias fontes, a seguir:

a) Dotações que, a qualquer título, foram atribuídas nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios;

b) Doações e contribuições, a título de subvenção, concedidas por autarquias ou por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;

c) Rendas de aplicação de bens e valores;

d) Retribuição de atividades remuneradas;

e) Taxas e emolumentos;

f) Rendas eventuais;

g) Outros recursos. O IFMS, como autarquia vincula ao MEC, é uma instituição pública de ensino profissional e tecnológico, de níveis médio e superior. Suas receitas orçamentárias são provenientes de transferências do Governo Federal e de receitas diretamente arrecadadas.

O patrimônio do IFMS é constituído por:

- bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos *campi* que o integram;



- bens e direitos que vier a adquirir;
- doações ou legados que receber; e
- incorporações que resultem de serviços realizados.

Os bens e direitos do IFMS devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei.

O(a) Reitor(a) poderá delegar competência aos Pró-Reitores, Diretores Sistêmicos, Assessores Especiais e Diretores Gerais para realização de despesas dentro da limitação legal e normativa.

15.2 Previsão de orçamento x previsão de despesas

A Administração Pública tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Apoiado nestes princípios, o IFMS implementa sua gestão administrativa a partir de uma estrutura organizacional que abraça o plano estratégico, as políticas, as diretrizes e o planejamento da instituição, definidos pela Reitoria, Pró-Reitorias e Direções dos *campi*, sempre com a anuência dos Conselhos especializados.

A implantação das decisões estabelecidas no nível estratégico, e que afetem diretamente os *campi*, está sob responsabilidade da Direção Geral do *campus* e das suas Diretorias, assim como ao que tange ao operacional, à execução e ao acompanhamento das diretrizes da Instituição, e seguirão a hierarquia de acordo com o organograma de cada *campus*.



A elaboração de uma política de descentralização de recursos, preservando inicialmente as despesas fixas, em que cada *campus* disponibilize seus recursos, seguindo critérios próprios e integrados às linhas de gestão administrativa determinadas, decididamente permitirá uma melhor aplicação dos recursos disponíveis.

Na descentralização orçamentária, as Diretorias de Administração dos *campi*, baseadas nos seus gastos e no seu orçamento anual, planejam-se preservando, em primeiro lugar, as despesas de funcionamento da Instituição.

Considerando a forma de distribuição dos recursos entre os institutos federais pelo Governo Federal, o IFMS não terá, em futuro próximo, acréscimos significativos no seu orçamento, exceto os recursos destinados a programas específicos, como expansão.

A única fonte de recursos do IFMS *Campus* Dourados origina-se, até o presente momento do Tesouro Nacional. Neste contexto e, tomando por base os critérios adotados na projeção do Orçamento da União, estimamos as receitas conforme se pode observar nos quadros abaixo (valores em reais):

QUADRO 26: Projeção de receitas do IFMS no período de vigência do PDI

PROJEÇÃO DAS RECEITAS					
Tipo	2014	2015	2016	2017	2018



Tesouro	93.106.346	629.470,00	1.645.039,00	1.784.373,00	2.144.966,57
Total	93.186.081	629.470,00	1.645.039,00	1.784.373,00	2.144.966,57*

*Sobre esse valor é preciso acrescentar o coeficiente pelo número de matrículas. Trata-se de uma estimativa feita somente sobre o valor do piso recebido pelo *campus* acrescido de uma taxa anual de juros referentes á correção monetária de 9%.

QUADRO 27: Projeção de despesas do IFMS no período de vigência do PDI

PROJEÇÃO DAS DESPESAS					
Tipo	2014	2015	2016	2017	2018
Custeio	25.347.101	259.540	1.145.039,00	1.200.000,00	1.400.000,00
Capita I	34.221.400	369.930	500.000,00	584.000,00	744.000,00
	Livros (5%)	Livros (5%)	Livros (5%)	Livros (5%)	Livros (5%)
	Obras (65%)	Obras (65%)	Obras (15%)	Obras (5%)	Obras (5%)
	Equipamentos e mat. Permanentes	Equipamentos e mat. Permanentes	Equipamentos e mat. Permanentes	Equipamentos e mat. Permanentes	Equipamentos e mat. Permanentes



	(15%)	(30%)	(80%)	(90%)	(90%)
	Compra imóvel (15%)	-	-	-	-
Total	93.186.081	629.470,00	1.645.039,00	1.784.373,00	2.144.966,57

Os investimentos em equipamentos e obras nos *campi* do IFMS para o período de 2009 a 2013 tiveram origem, além de recursos oriundos do Programa de Expansão, de novos recursos, seja por meio de acréscimo no orçamento anual da Instituição ou de emendas parlamentares e convênios específicos.

A sustentabilidade financeira do *Campus* Dourados dependerá da descentralização orçamentária a ser realizada pela unidade gestora da reitoria. A tabela abaixo apresenta o valor disponibilizado para o ano de 2015 com a projeção para os próximos anos, levando em conta o mesmo índice de correção utilizado no âmbito do IFMS, qual seja 9% a.a. Ressalta-se que os valores se referem às receitas que serão disponibilizadas para o custeio de funcionamento do *campus* e de investimento de máquinas, equipamentos e mobiliário para atender finalidades precípuas e específicas dessa unidade gestora, excluindo despesas com folha de pagamento, assistência estudantil, dentre outras que permanecerão com a execução centralizada no âmbito da reitoria do IFMS:



QUADRO 28: Projeção das Receitas

PROJEÇÃO DAS RECEITAS					
Tipo	2014	2015	2016	2017	2018
Custeio	-	259.540	1.145.039,00	1.200.000,00	1.400.000,00
Capital	-	369.930	500.00	584.000	744.000,00
Total	-	629.470	1.645.039,00	692.889	727.533

Durante a execução orçamentária e financeira, e, previamente aos estágios de execução da despesa pública, atendendo ao disposto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública. Para tanto serão obrigatoriamente observados todos os atos normativos sobre a matéria em especial a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e o Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

Em suas licitações, além de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa buscará a promoção do desenvolvimento nacional sustentável com a adoção em suas



contratações de critérios e práticas de sustentabilidade consoante ao Decreto nº 7.746 de 05 de junho de 2012, preservando o caráter competitivo do certame e contribuindo por mudanças nos paradigmas de consumo dos bens e serviços levando em conta seu o ciclo de vida considerados desde sua fabricação, utilização e descarte através das seguintes diretrizes de sustentabilidade:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Será criada a Comissão que tratará do Plano de Gestão de Logística Sustentável, conforme disposto na instrução normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para estabelecimento dos critérios de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços nos seguintes temas:



I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

II – energia elétrica;

III – água e esgoto;

IV – coleta seletiva;

V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
e

VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Concomitante as ações mencionadas poderão ser observadas na elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável as seguintes iniciativas:

I – Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP;

II – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - SPE/MME;



III – Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SAIC/MMA;

IV – Coleta Seletiva Solidária, desenvolvida no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SE/MDS;

V – Projeto Esplanada Sustentável – PES, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SOF/MP, em articulação com o MMA, MME e MDS; e

VI – Contratações Públicas Sustentáveis - CPS, coordenada pelo órgão central do Sistema de Serviços Gerais – SISG, na forma da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP.



16. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL PARTICIPATIVO DO CAMPUS

- Definição de Objetivos e Metas de maneira participativa entre os servidores em todos os setores

Os objetivos e metas do *campus* foram definidos pela comunidade acadêmica, através de reuniões participativas e consultas interna. Além disso, durante os períodos de elaboração e reestruturação do PDC e elaboração do PAE, os documentos foram compartilhados por meio do sistema *google drive* para serem editados por todos os servidores.

- Outras ações do *campus* que são conduzidas de maneira participativa.

O *Campus* Dourados realiza bimestralmente um evento intitulado café com os diretores, no qual cada servidor pode se expressar e dar suas opiniões sobre questões administrativas, organizacionais e outras pautas que julgarem pertinentes ao desenvolvimento e aprimoramento do campus.



17. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA

O *Campus* Dourados tem parcerias com a prefeitura municipal, através das escolas municipais, dos centros de referência em assistência CRAS, Guarda Mirim, UFGD, Prefeitura de Fátima do Sul e Exército Brasileiro, sendo estes presentes nas ações do *campus*; entretanto, as decisões administrativas do *campus* ainda não contam com participação da comunidade externa.



18. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Apesar do *campus* não ter implantado uma política de gestão de riscos, os mesmos são gerenciados diariamente, ainda que parcialmente ou de maneira empírica. Contudo, algumas iniciativas já foram iniciadas para identificação dos riscos existentes, sendo o primeiro passo, o mapeamento dos processos, que foi iniciado em 2015, e deve ser concluído brevemente. Ademais, a gestão está atenta a instrução normativa conjunta 001/16 publicada pela Controladoria Geral da União juntamente com o ministério do planejamento, orientando os órgão da esfera federal, a implementar a gestão estratégica de riscos. Nesse sentido, o *Campus* Dourados vem elaborando um documento com ferramentas para gestão de riscos, seguindo as orientações contidas na norma internacional ISO 31000.

No *Campus* Dourados o acompanhamento do planejamento estratégico é feito através de avaliações periódicas das atividades desenvolvidas edos planos de trabalho realizados e respectivos relatórios. Essas avaliações são realizadas através das reuniões bimestrais, intituladas café com os diretores, nas quais são apresentados os dados referentes a orçamentos, projetos politico pedagógicos e planos de trabalho. Após a apresentação, a comunidade escolar discute as informações apresentadas e todos tem direito a voz. Também são realizadas avaliações do plano de ação específico a cada seis meses, com objetivo de buscar melhorias das ações e concretização das metas.



19. INDICADORES DE DESEMPENHO DO *CAMPUS*

Com a criação dos Institutos Federais criados pela Lei no 11.892 de 29 de dezembro de 2008 o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica firmou com os Institutos Federais um termo de acordo de metas e compromissos, com a finalidade de acompanhar a estruturação, expansão e atuação, estabelecendo metas e compromissos a serem atingidas em curto prazo, até o ano de 2013 e tomando como marco de médio prazo o ano de 2016 e de longo prazo o ano de 2022.

As metas assumidas e possui indicadores definidos e são avaliadas periodicamente, devendo ser publicadas anualmente, no relatório de gestão.

- 1. Índice de eficiência da Instituição Alcance da meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas;
- 2. Índice de eficácia da Instituição Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo



70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.

- 3. Alunos matriculados em relação à força de trabalho Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se, para efeito deste Termo de Acordo de Metas e Compromissos, os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo quadro de professores ativos na Instituição. Para o cálculo desta relação, cada professor DE ou de 40 horas será contado como 01(um) professor e cada professor de 20 horas será contado como meio; O número de alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas.
- 4. Matrículas nos cursos técnicos Manutenção de pelo menos 50% de matrículas no ensino técnico de nível médio, conforme disposto o disposto na lei de no 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008;
- 5. Matrículas para a formação de professores e Licenciaturas Manutenção de pelo menos 20% de matrículas em cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na lei de no 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008;
- 6. Vagas e matrículas PROEJA Compromisso da oferta de curso de PROEJA (técnico e FIC) na perspectiva de promover a inclusão e atender a



demanda regional, conforme o disposto no Decreto de no 5.840, de 13 de julho de 2006;

- 7. Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica Apresentação de em média pelo menos um projeto, com a efetiva realização de um programa de melhoria da qualidade da educação básica, por *campus*, especialmente em apoio ao ensino médio inovador, direcionado às escolas, professores e alunos das redes públicas, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com os sistemas públicos de ensino;
- 8. Programa de Formação Inicial e Continuada Implementação no Instituto Federal de cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional, em pelo menos, uma área ou eixo tecnológico;
- 9. Oferta de Cursos a Distância Implantação da modalidade Educação à Distância como atividade regular, no Instituto Federal;
- 10. Forma de acesso ao ensino técnico Adoção, até 2011, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas que contemplem as realidades locais dos *campi*;
- 11. Forma de acesso ao ensino superior Adoção, até 2011, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas que contemplem as realidades locais dos *campi* e adoção do ENEM para o acesso aos cursos de graduação;
- 12. Forma de acesso às Licenciaturas Adoção prioritária de vagas para professores das redes públicas, conforme preceitos legais e demandas da sociedade;



- 13. Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho Implantação, até 2011, de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho nos Exames Nacionais da Educação Básica (Prova Brasil, SAEB e ENEM) e olimpíadas promovidas pelo MEC;
- 14. Pesquisa e Inovação Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por *campus*, que reúna, preferencialmente professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os *campi*, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social;
- 15. Projetos de Ação Social Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em média, de um em cada *campi*, até o início de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão;
- 16. Núcleo de Inovação Tecnológica Implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, e programas de estímulo à organização cooperativa que incentivem a pesquisa, inovação e o empreendedorismo;
- 17. Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão *intercampi* interinstitucionais Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os *campi* do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais;



- 18. SIMEC, SISTec e Sistema de Registro de Preços do MEC Adesão, a partir de 2010, ao SIMEC, SISTec e Sistema de Registro de Preços do MEC e a outros programas de interesse coletivo da REDE FEDERAL, com compromisso de alimentação das bases de dados do Ministério da Educação;
- 19. SIGA-EPT Adesão ao sistema SIGA-EPT ou compromisso com a transferência para sua base de dados, via digital, das informações mínimas solicitadas pelo MEC/SETEC. Considerando, neste caso, a disponibilidade da descrição de formatos para intercâmbio de dados do SIGA-EPT com outros sistemas.

20. RESPONSABILIDADE DO *CAMPUS* QUANTO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS TRANSVERSAIS, MULTIDISCIPLINARES OU DESCENTRALIZADOS

A necessidade de atuar de forma transversal tem se tornado de extrema valia especialmente no debate sobre políticas públicas e atenção a minorias e públicos vulneráveis. Diante disso, entendemos que o termo “transversalizar não pode ser confundido com ‘costurar’ ou mesmo ‘adicionar’ uma determinada abordagem nos programas e projetos, pois as questões em foco devem atravessar todos os componentes desses programas e projetos”. Para uso mais eficiente das possibilidades sinalizadas com a abordagem transversal, além de reconhecer os limites e especificidades dessa forma de gestão, asseveramos que os gestores devem considerar as diferentes etapas do ciclo de política pública para perseguir



não apenas a adesão setorial, mas a efetividade em sua aplicação. Embora algumas questões mais propensas a serem incorporadas na dinâmica transversal de gestão, como os temas de igualdade racial e gênero, tenham sido incorporadas pelo discurso e macro estratégia governamental, na gestão setorial este objetivo não está plenamente contemplado pelos diversos órgãos setoriais. Em suma, busca-se no *Campus* Dourados oportunizar ações que dialoguem com os pressupostos estabelecidos na legislação e que atendam as especificidades da realidade onde o *campus* está inserido.

21. CONSIDERAÇÕES E JUSTIFICATIVAS

- O subitem 3. 11.1.8 1 do Plano de desenvolvimento institucional previa para o *Campus* Dourados os cursos técnicos presenciais de informática, eletrotécnica, mecânica e manutenção e Suporte em Informática para serem implantados em 2015 e 2016, entretanto, devido a falta de recursos, pessoal, estrutura e o espaço ocupado da sede provisória nos anos de 2014 e 2015, impossibilitou a implantação dos referidos cursos naquele momento. A partir de 2016, em sede definitiva, o *Campus* Dourados está realizando novos estudos de viabilidade acerca da demanda dos referidos cursos, ou sua alteração, dentro do mesmo eixo ou àqueles que atenderem a demanda da região. Observa-se que ao solicitar informações sobre as audiências públicas realizadas na região no momento de tomada de decisão dos cursos, não houve documentação das referidas ações. Também não foi encaminhado um estudo de viabilidade a direção geral do *campus* em 2014



sobre a definição dos cursos. As informações em questão foram solicitadas ao Gabinete da reitoria, PROEN e PRODI.

- O curso Superior de análise e desenvolvimento de sistemas, previsto no mesmo subitem do PDI para ser iniciado em 2015, foi adiado devido a falta de estrutura na sede provisória. É oportuno mencionar que a análise da demanda regional para verticalização do ensino, aponta para a alteração de curso, sendo previsto o curso superior de Tecnologia em jogos digitais, dentro do mesmo eixo. A escolha desse curso se dá pelo fato do mesmo ser inédito na região e ter grande potencial de demanda em nível nacional, ao passo que as instituições públicas da cidade, UEMS e UFGD já oferecem o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e atendem as demandas da região.
- A expansão mencionada neste documento decorre da necessidade de aumentar o número de salas de aula e laboratórios para comportar os novos alunos nos cursos que devem ser implantados. Essa expansão não foi prevista anteriormente no PDI pelo fato de o *campus* estar em implantação, uma vez implantado, pensamos na expansão. A infraestrutura atual do *Campus* Dourados atenderá a abertura de novas vagas previstas nos cursos já implantados (Técnico integrado em Informática para internet, Operador de Computador, Desenhista de Produtos Gráficos Web, Auxiliar Administrativo, Inglês Básico, Espanhol Básico, Conductor Cultural, Técnico Subsequente em Administração, Técnico Subsequente em Serviços Públicos) até o ano



de 2018, após esse período, a falta de salas de aula e laboratórios implicará na diminuição de oferta de vagas.

- As alterações nos objetivos e metas apresentadas nesse documento em relação ao esboço anterior, advém de uma visão estratégica ampla e da projeção de crescimento futuro, considerando o cenário atual como ponto de partida para o cumprimento da nossa missão.
- A infraestrutura descrita neste documento diverge da constante no subitem 4.1 do PDI em razão da necessidade de adaptação da infraestrutura para atender as necessidade do *campus* no momento da ocupação da sede definitiva.
- A avaliação institucional ainda é recente no Campus Dourados, a adequação a nota técnica F N° 014/2014 CGACGIES/DAES/INEP/MEC será ajustada conforme o andamento da atividades da CPA.
- O Programa Auxílio Permanência não foi implementado no Câmpus, no entanto estamos atendendo trinta e três (33) estudantes com o Programa Auxílio Alimentação (com o repasse mensal de R\$100,00 na conta do estudante) que também está contemplado na Política de Assistência Estudantil e tem como uma de suas finalidades; contribuir para a formação integral dos estudantes, buscando dirimir suas necessidades no que tange aos aspectos socioeconômicos e pedagógicos. O Câmpus optou pelo Auxílio Alimentação por questões orçamentarias.



- A oferta da especialização ora citada visa atender a lei 9394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e também a resolução 6 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1o do art. 9o da Lei no 4.024/61, com a redação dada pela Lei no 9.131/95, nos artigos, 36-A, 36-B e 36-C, 36-D, 37, 39, 40, 41 e 42 da Lei 9.394/96, e com fundamento no Parecer CNE/CEB no 11/2012.
- Pela presente legislação, o IFMS deve ofertar o curso, que equivale a licenciatura ao professores não licenciados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Palácio do Planalto, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 09 abr. 2016.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Mapas multimodais. Disponível em: <https://189.9.128.64/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/ms.pdf>. Acesso em 22 ago. 2015.



IBGE. Instituto Brasileiro Geografia Estatística Cidades: Dourados-MS. 2013. Disponível

em:http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=_ES&codmun=500370&search=mato-grosso-do-sul|dourados|infograficos:-dados-gerais-do-municipio.

Acesso em: 03/04/2014.

IBGE. Instituto Brasileiro Geografia Estatística. Disponível em:<http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 10/06/2015.

MATO GROSSO DO SUL. SEC; SGF; CDP-MS. ICMS Ecológico. 2013b. Disponível em:

http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=71. Acesso em: 12/05/2014.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e desenvolvimento Econômico. Disponível em:<http://www.semade.ms.gov.br/indice-de-responsabilidade-social-de-ms> Acesso em: 10/06/2015

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. – SEMAC. Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. 2011a. Disponível em:<http://www.semec.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=149083>. Acesso em: 22/04/2014.



MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. – SEMAC. Caderno Geoambiental das Regiões de Planejamento de MS. 2011b. Disponível em:<http://www.semac.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=133962>. Acesso em: 22/04/2014.

MATO GROSSO DO SUL. SEMAC. PIB interno bruto municipal. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. 2013a. Disponível em:<http://www.semac.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=149889>. Acesso em: 14/04/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema e-MEC**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acessado em: 19/07/2015.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Admitidos, desligados e saldo de julho 2015. Sem ajuste por unidade de federação. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4F4D22E3014F502A7F2E5F36/BR.pdf>. Acesso em 22 ago. 2015.



POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFMS. Disponível em:
<http://www.ifms.edu.br/cosup/wp-content/uploads/2014/03/Politica-de-Assistencia-Estudantil-IFMS.pdf>. Acesso em 06 jun. 2016

PDI. Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em:
<http://www.ifms.edu.br/leftsidebar/ifms/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/> Acesso em: 29/06/2015

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA – SNA. PIB e agronegócio. Disponível em: <http://sna.agr.br/pib-agronegocio-mostra-pujanca-e-resiliencia-as-cries-afirma-diretor-da-sna-fernando-pimentel>. Acesso em 10/06/2015.